

AS ÁREAS INTERNACIONAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Observatório da Cooperação Descentralizada – Etapa 1

As Áreas Internacionais dos Municípios Brasileiros

**Observatório da Cooperação
Descentralizada – Etapa 1**



Brasília, 2011

Diretoria da CNM

CONSELHO DIRETOR

Presidente	Paulo Roberto Ziulkoski	Mariana Pimentel/RS
1º Vice-Presidente	Luiz Benes Leocádio de Araujo	Lajes/RN
2º Vice-Presidente	Saulo Sperotto	Caçador/SC
3º Vice-Presidente	Pedro Ferreira de Souza	Jauru/MT
4º Vice-Presidente	Valtenis Lino da Silva	Santa Fé do Araguaia/TO
1º Secretário	Jair Aguiar Souto	Manaquiri/AM
2º Secretário	Rubens Germano Costa	Picuí/PB
1º Tesoureiro	Joarez Lima Henrichs	Barracão/PR
2º Tesoureiro	Gilmar Alves da Silva	Quirinópolis/GO

CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

Titular Região Norte	Rildo Gomes de Oliveira	Tartarugalzinho/AP
Suplente Região Norte	<i>Vago</i>	
Titular Região Sul	Glademir Aroldi	Saldanha Marinho/RS
Suplente Região Sul	<i>Vago</i>	
Titular Região Sudeste	Elbio Trevisan	Cesário Lange/SP
Suplente Região Sudeste	<i>Vago</i>	
Titular Região Nordeste	Renilde Bulhões Barros	Santana do Ipanema/AL
Suplente Região Nordeste	Eliene Leite Araújo Brasileiro	General Sampaio/CE
Titular Região Centro Oeste	Abelardo Vaz Filho	Inhumas/GO
Suplente Região Centro Oeste	<i>Vago</i>	

CONSELHO FISCAL

Titular	Helder Zahluth Barbalho	Ananindeua/PA
Titular	Luís Coelho Da Luz Filho	Paulistana/PI
Titular	Orlando Santiago	Santo Estevão/BA
1º Suplente	<i>Vago por falecimento</i>	
2º Suplente	Liberato Rocha Caldeira	Valentim Gentil/SP
3º Suplente	José Maria Bessa De Oliveira	Porto Grande/AP

As Áreas Internacionais dos Municípios Brasileiros

**Observatório da Cooperação
Descentralizada – Etapa 1**

Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Copyright © 2011. Confederação Nacional de Municípios.

Impresso no Brasil.

Coordenação:

Elena Garrido

Jeconias Rosendo da Silva Júnior

Moacir Rangel

Textos:

Gustavo de Lima Cezário

Colaboradores da Domani:

Amanda da Silva Fonseca

Antouan Matheus Monteiro Pereira da Silva

Dante Mistieri Simabukuro

Colaboradores da CNM:

Andreza Aruska de Souza Santos

Carlos Eduardo Higa Matsumoto

Fáridah Lopes de Matos

Luís Maurício Zanin

Revisão:

Keila Mariana de A. Oliveira

Editoreção eletrônica:

Themaz Comunicação Ltda.

Ficha Catalográfica

Confederação Nacional dos Municípios – CNM

As Áreas Internacionais dos Municípios Brasileiros: Observatório da Cooperação Descentralizada – Etapa 1 / Confederação Nacional dos Municípios – Brasília: CNM, 2011.

ISBN 978-85-99129-40-1

120 p.

1. Cooperação Internacional. 2. Cooperação Descentralizada. 3. Promoção Econômica. 4. *Marketing* Urbano. I. Título: As Áreas Internacionais dos Municípios Brasileiros.

Todos os direitos reservados à:

Confederação Nacional de Municípios – CNM

SCRS 505, Bloco C, Lote 1 – 3º andar – Brasília/DF – CEP: 70350-530

Tel.: (61) 2101-6000 – Fax: (61) 2101-6008

E-mail: atendimento@cnm.org.br

Palavra do Presidente

A publicação deste estudo marca a comemoração de 5 anos de CNM Internacional e 30 anos de Confederação Nacional de Municípios. Foi por meio da interação internacional que pudemos perceber quão criativas são as políticas locais brasileiras. Somos exemplos no mundo inteiro, sendo o único País que reconhece na sua Constituição a autonomia das unidades municipais. Da mesma forma que somos demandados por diferentes partes do globo, temos a oportunidade de buscar no meio internacional soluções e recursos para nossos dilemas.

Como vice-presidente da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma), constatei que poucos movimentos municipalistas conseguiram construir uma organização tão forte e com tanta credibilidade como a nossa. Ao adicionar a visão global a esse cotidiano de debate federativo, a CNM buscou ampliar o espaço de atuação dos Municípios brasileiros. Isso porque precisamos reduzir a vulnerabilidade de nossas cidades a crises internacionais, criando condições para um enfrentamento mais ativo. A competitividade de nosso País depende da implementação de políticas locais capazes de atrair maiores investimentos e seres humanos em busca de melhor qualidade de vida.

O Observatório da Cooperação Descentralizada do Brasil (OCBD) é uma iniciativa da CNM que visa a coletar as principais políticas municipais de internacionalização. Durante esses 5 anos, observamos e lutamos pela maior institucionalidade da inserção global dos governos locais. A criação de foros internacionais (como o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul – FCCR; o Fórum das Autoridades Locais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Foral CPLP, e o Fórum de Governança Local Índia-Brasil-

-África do Sul – FGL-Ibas), a aprovação da legislação sobre a cooperação descentralizada com a França e a Itália, o incremento das áreas internacionais nos Municípios brasileiros são fortes indícios desse processo embrionário.

Ao longo desse caminho de institucionalização, construímos diferentes arranjos administrativos para a integração dos temas internacionais dentro da prefeitura. Diferentes também foram os motivadores que levaram o surgimento das áreas internacionais nos Municípios brasileiros. A primeira etapa do OCDB identificou 30 Municípios com pelo menos dois técnicos encarregados pelas relações internacionais desses locais. As experiências desses Municípios serão nossas fontes de aprendizado nas próximas páginas. Em geral, pudemos observar ações que tratam de: política internacional, cooperação descentralizada, promoção econômica e marketing urbano.

Com todo esse conhecimento adquirido, cada vez mais estou certo de que é no Município que o global se encontra, se choca, se adapta e se transforma. Como presidente da CNM, resta dizer que tenho orgulho de representar os Municípios brasileiros no Comitê Consultivo das Nações Unidas de Autoridades Locais (Unacla).

Municipalismo forte se faz com a participação de todos.

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

Lista de Tabelas

Tabela 1: Dados históricos da área internacional nos Municípios brasileiros	26
Tabela 2: Principais motivadores para a criação da área internacional.....	33
Tabela 3: Quatro micro dimensões de atuação internacional.....	37
Tabela 4: Relacionamentos internacionais em redes temáticas.....	45
Tabela 5: As principais redes com atuação internacional dos Municípios brasileiros.....	48
Tabela 6: Principais áreas temáticas de projetos de cooperação entre os Municípios entrevistados	58
Tabela 7: Dados sobre financiamento	60
Tabela 8: Balança comercial brasileira por Município – 2009/setembro (Secex)..	65
Tabela 9: <i>Ranking</i> ICCA 2008	70
Tabela 10: <i>Status</i> das áreas de atuação internacional	77
Tabela 11: Dados sobre orçamento próprio para atuação internacional.....	80

Tabela 12: Características do quadro de funcionários.....	83
Tabela 13: Formação acadêmica dos coordenadores.....	88
Tabela 14: Grau de satisfação com o apoio recebido do governo federal.....	97
Tabela 15: Atribuições sugeridas à CNM Internacional.....	104

Lista de Siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

Acel – Cooperação dos Entes Locais

Aecid – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Afepa – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

Aice – Associação Internacional das Cidades Educadoras

AIVP – Associação Internacional de Cidades Portuárias

Amop – Associação de Municípios do Oeste do Paraná

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Cida – Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

CGLU – Governos Locais Unidos

CNM – Confederação Nacional de Municípios

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

Codem – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá

Cofix – Comissão de Financiamentos Externos

Condesb – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da
Baixada Santista

Erepar – Escritório de Representação do MRE no Estado do Paraná

FAL – Fórum de Autoridades Locais

Falp – Fórum de Autoridades Locais da Periferia

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FCCR – Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul

FEMP – Federação Espanhola de Municípios e Províncias

FGL Ibas – Fórum de Governança Local Índia, Brasil, África do Sul

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Flacma – Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais

FSM – Fórum Social Mundial

Fundetec – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Gepam – Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade

LAB – Ação Local pela Biodiversidade

MIDC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MRE – Ministério das Relações Exteriores

Seain – Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento

OCDB – Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil

PIB – Produto Interno Brutos

PEU – Planejamento Urbano Estratégico

PT – Partido dos Trabalhadores

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Urbal – Programa de Ajuda Urbano Regional

Unacla – Comitê Consultivo de Autoridades Locais das Nações Unidas

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Os Objetivos dessa Análise	17
1.2 O Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil (OCDB) ..	19
1.3 O Roteiro da Entrevista e a Organização da Publicação	21
2 HISTÓRICO E FINALIDADE DA ÁREA INTERNACIONAL	25
3 EIXOS DE ATUAÇÃO	35
3.1 Política Internacional	38
3.1.1 Fóruns Internacionais	38
3.1.2 Cidades-Irmãs	39
3.1.3 Redes de Políticas Públicas	42
3.1.4 Outras Ações Políticas	50
3.2 Cooperação Internacional	51
3.2.1 Cooperação Técnica	53
3.2.2 Cooperação Financeira (Captação de Recursos)	58
3.3 Promoção Econômica Internacional	62
3.3.1 Comércio Exterior	62
3.3.2 Atração de Investimento Externo Direto	66
3.3.3 Turismo Internacional	68
3.4 <i>Marketing</i> Urbano	71
3.5 Observações finais do capítulo	72

4 GESTÃO GOVERNAMENTAL	74
4.1 <i>Status</i> Governamental	74
4.2 Autonomia Financeira	79
4.3 Qualificação e número de mão de obra.....	82
4.4 Dificuldades enfrentadas pela Gestão	89
5 PARCERIAS ESTRATÉGICAS	91
5.1 Participação do governo federal.....	91
5.2 O papel da CNM.....	99
6 CONCLUSÃO	106
ANEXO	108

1. Introdução

A consolidação democrática vivenciada no Brasil, atrelada à intensificação do processo de globalização, reforça o debate nacional sobre a distribuição de competências entre os entes federados. Temas como o de segurança pública e de educação infantil – que na Constituição são autonomias do governo estadual e municipal, respectivamente – são tratados na prática dentro da perspectiva de responsabilidades compartilhadas entre os três âmbitos governamentais e a sociedade. Do mesmo modo, as relações internacionais e o comércio exterior que, na concepção legal são competências da União, têm sido foco de esforços de diferentes atores.

O que se observa, portanto, é uma dinâmica cada vez mais intensa de abordar os assuntos públicos de forma multidimensional, que amplia a complexidade dos temas e exige dos governos maior habilidade de gestão integrada, intergovernamental, participativa e interligada com as tendências globais. O aumento do número de atores capazes de influenciar não só a política interna, mas também os regimes internacionais traz um desafio para a compreensão de quais eventos e informações são mais relevantes para a consecução dos objetivos eleitos. Dada a limitação cognitiva da mente humana, a incapacidade de os atores estarem presentes em todas as ações e a escassez de recursos, a maior dificuldade é saber priorizar e descentralizar.

A solução para essa dificuldade, em grande medida, perpassa o aprimoramento de mecanismos de coordenação federativa e social. Processo esse que se inicia no próprio Município. A leitura da realidade local possibilita aos gestores municipais identificarem quais são os setores e os temas mais propícios na construção de parcerias para a atuação internacional. A aproximação desses gestores com os centros de ensino, com os movimentos sociais e religiosos e com a classe empresarial permite uma representação mais harmônica e equilibrada, como um reflexo da comunidade.

Sendo a internacionalização ativa¹ do Município algo ainda recente, a cooperação entre as cidades é outro meio importante para compreender quais políticas são mais efetivas e qual é a forma mais adequada de realizá-las. O aspecto marcante do quadro brasileiro, nesse contexto, é a diversidade de ações organizadas em diferentes arranjos institucionais – o que indica, por um lado, o elevado potencial de inovação presente nesse campo e, por outro lado, a imaturidade do assunto.

A necessidade de trabalhar de modo regionalizado e, sobretudo, a existência dessas competências compartilhadas fazem com que os Municípios busquem ainda os governos estaduais para a construção de iniciativas conjuntas. Ao longo desse percurso de democratização da agenda internacional, o diálogo se fortalece significativamente quando se verifica a participação do governo federal. A internacionalização dos Municípios significa, dessa forma, a ampliação da presença do Estado brasileiro nas inúmeras ações ao redor do globo. Embora se reconheça a autonomia e a independência dessas ações municipais, são nítidas suas propensões de corroborar com a política externa do País.

1.1 Os Objetivos dessa Análise

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) visa, por meio da presente publicação, contribuir para a melhoria dessa coordenação das ações internacionais no Brasil. Primeiramente, o governo federal deve ter conhecimento dessas ações municipais a fim de buscar maior convergência nos discursos e esforços, sobretudo no que tange ao diagnóstico, às prioridades e aos princípios que regem as relações internacionais.

O levantamento das informações a serem aqui apresentadas foi uma forma também de evitar a frequente perda de conhecimento com as mudanças eleitorais.

1 Por internacionalização ativa entende-se a atuação planejada dos gestores municipais em contraponto à forma passiva, na qual os membros da sociedade civil e a iniciativa privada realizam ações internacionais, mas sem que haja qualquer tipo de ação por meio do governo municipal.

Como as entrevistas para elaboração deste estudo foram realizadas no segundo semestre de 2008 com os responsáveis pelas áreas internacionais dos Municípios, a CNM pôde resgatar o histórico, as principais funções e outras percepções importantes para a continuidade dessas áreas, depois de tantas dificuldades enfrentadas para sua estruturação. Esse objetivo torna-se mais significativo quando se percebe que metade dessas áreas foi criada neste último mandato eletivo.

Diante de todas as justificativas para esta publicação, talvez a mais relevante seja a de compartilhar essas informações com os próprios gestores municipais. Por um lado, é de extrema valia desmistificar o pessimismo frequente de que o Município é muito incipiente na área. Quando partirmos de uma análise comparada, percebemos a prevalência de uma experimentação generalizada dotada de avanços e retrocessos, de resultados a médio prazo difíceis de serem mensuráveis. Por outro lado, a similaridade observada em algumas práticas contribui para legitimar esses novos arranjos de políticas públicas.

O fato é que muitas críticas quanto à presença de uma área internacional no Município ainda permanecem. Sabe-se que a estrutura encontrada em metrópoles, como **Rio de Janeiro/RJ** e **São Paulo/SP**, nunca será a mesma da grande maioria dos Municípios brasileiros, que são de pequeno porte. Todavia, a CNM continua sensibilizando todos os prefeitos a indicar minimamente um responsável internacional, ainda que essa função seja desempenhada concomitantemente com outras pastas. Nesse sentido, este estudo propõe principiar uma cultura de avaliação sobre a atuação internacional desses Municípios, a fim de orientar os gestores para práticas mais efetivas.

Esta análise deverá alcançar ainda, como público-alvo, o setor privado e a sociedade civil. Isso porque a internacionalização a partir do local pressupõe a concepção de governança global – compreendida de modo simplificado como a interdependência existente entre os grupos da sociedade. A publicação traz, dessa forma, modelos de como os governos locais têm buscado parcerias vantajosas com a iniciativa privada para ambos os setores. Tais exemplificações poderão ser

ainda instrumento de análise para a academia elaborar, a partir da prática, abordagens teóricas que possam contribuir para o avanço da compreensão sobre esses fenômenos.

Por fim, espera-se uma leitura agradável, clara e fidedigna das informações levantadas que estimule os atores a aprenderem com o histórico das experiências passadas.

1.2 O Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil (OCDB)

O presente estudo conclui a primeira fase do projeto Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil. Desde meados de 2007, a CNM elabora essa estratégia para diagnosticar e avaliar a atuação internacional dos Municípios brasileiros. Essa demanda surgiu do Fórum de Secretários de Relações Internacionais Municipais, que apontava a necessidade de consolidar espaços para o intercâmbio de informações entre os pares, reconhecida a limitação de tempo dos encontros realizados anualmente. Até então, o que existiam eram estudos de casos específicos ou mesmo a seleção de alguns Municípios para análise por meio de critérios subjetivos. O País carecia, assim, de um estudo censitário capaz de abarcar os 5.562 Municípios brasileiros para se ter um quadro geral de nossa realidade.

Primeiramente, a CNM buscou outros países que já tivessem realizado experiência anterior semelhante. A Federação Espanhola de Municípios e Províncias (Femp), em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), apresentava uma metodologia, nesse sentido, em que os governos locais informavam voluntariamente as ações realizadas além das já contabilizadas por essas duas organizações. A rede Observatório da Cooperação Descentralizada, com sede em Barcelona, também exercia esse papel, ainda que, de modo mais abrangente, ao buscar informações de toda a cooperação descentralizada da América Latina e da Europa.

Com base nas informações disponibilizadas – principalmente nos formulários e nos bancos de dados elaborados por essas organizações espanholas –, a CNM buscou adequar a coleta de dados de modo que estes pudessem ser, no futuro, cruzados com os de outros países.² Um questionário foi, então, aplicado por meio da Central de Atendimento da CNM no primeiro semestre de 2008. A maior dificuldade foi encontrar um técnico na prefeitura que pudesse informar sobre a existência ou não de uma atuação internacional, quando o contato direto com o prefeito não era possível. Mesmo assim, a Central de Atendimento conseguiu respostas de 95% dos Municípios brasileiros. A capacidade de apurar a veracidade da informação ficou a princípio limitada à confiança nas respostas alcançadas.

Todavia, quando a base de dados foi consolidada, a equipe da CNM ficou receosa quanto aos possíveis desvios nas informações obtidas, a partir de experiências anteriores – fruto do contato direto mantido com as prefeituras. A área internacional da CNM checkou inicialmente essa base com as listas disponibilizadas pela Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (Afepa) do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e do próprio Fórum de Secretários de Relações Internacionais. Em seguida, cruzou as informações com outras variáveis disponibilizadas pelo Departamento de Estudos Técnicos da entidade, como: porte populacional, Produto Interno Bruto (PIB), faixa de fronteira, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), presença de centros educacionais etc. Depois, essa mesma equipe retornou diversas ligações para ajuste final das informações, sobretudo no que tange à categorização quanto à existência 1) de área internacional estruturada; 2) de um responsável por assuntos internacionais; 3) de interessados em assuntos internacionais; ou 4) de desinteresse pelo tema; além dos 5% que 5) não souberam informar ou 6) não foram passíveis de ser contactados. Essa etapa transcorreu no segundo semestre de 2008.

2 O desafio de elaborar uma metodologia comum para a coleta de dados sobre a atuação internacional permanece em discussão com as organizações citadas no parágrafo e com outras associações de governos locais da América Latina.

Paralelamente a essa etapa, iniciou-se o contato com os 30 responsáveis pelas áreas internacionais identificadas como categoria 1. Esses contatos receberam previamente um roteiro, a ser seguido na entrevista, que foi conduzida por telefone pelo coordenador da área internacional da CNM. Apenas os representantes da cidade de **São Paulo/SP** e de **Itu/SP** preferiram enviar as respostas na forma escrita. Foi essa fonte, mais especificamente, que se transformou no conteúdo da presente publicação.

A gravação do áudio e a revisão desta pelos entrevistados ficaram para o primeiro semestre de 2009. Dados os outros projetos da CNM Internacional executados simultaneamente, a prioridade se deu para a análise das informações consolidadas na base de dados. Essa sistematização foi lançada na *XII Marcha*, em julho de 2009.

A partir daí, as atenções se voltaram novamente para as entrevistas, com a contribuição da Empresa Júnior de Relações Internacionais da UnB – Domani. Essa estratégia de estimular a discussão entre os estudantes da graduação enquadra-se como um dos princípios assumidos no projeto OCDB.

Esta divulgação finaliza, portanto, a primeira etapa desse projeto e estimula a continuidade por meio de uma segunda fase de levantamento que já está em execução pela CNM.

1.3 O Roteiro da Entrevista e a Organização da Publicação

A entrevista com os responsáveis internacionais guiou-se por cinco partes fundamentais. Na primeira parte, buscou-se investigar o histórico da atuação internacional das cidades, analisando o cenário municipal em que ocorreu a criação e as principais demandas que nortearam a finalidade da área. O incremento desses órgãos no último mandato eletivo (2005-2008) é a característica predominante, embora Municípios como **Porto Alegre/RS**, **Rio de Janeiro/RJ** e **Campinas/SP** já tenham principiado essa atividade no final da década de 1980 e início de 1990. Os motivos ainda estão muito relacionados à captação de recursos e à participação em redes de cidades.

A autonomia foi outra variável considerada nessa primeira parte. O intuito era avaliar o *status* governamental das áreas e identificar a que órgão municipal elas se reportavam. Nesse sentido, verificou-se que mais de um terço das áreas foi organizado na forma de secretarias com contato direto com o prefeito. Não obstante, a variedade ainda é significativa quando se depara com nomenclaturas como assessorias, coordenadorias, diretorias, departamentos, conselhos e autarquias. De fato, é impossível traçar uma hierarquização exata de grau de autonomia, já que não há um padrão bem definido entre os Municípios brasileiros para uma nomenclatura comum.³ Por outro lado, a ausência de dotação orçamentária própria, na maioria dos casos, é um indicador fácil de ser mensurado – ainda que alguns responsáveis questionem a necessidade dessa autonomia financeira.

A qualidade e a quantidade de mão de obra empregada foi um terceiro aspecto discutido nesse primeiro momento. A proposta era conseguir visualizar, do modo mais aproximado possível, os números de funcionários, a função desempenhada por cada membro da equipe, além da formação acadêmica. Se **São Paulo/SP** chama atenção com os 38 funcionários formados, o número mediano observado é uma equipe de cinco pessoas com forte presença de formação em relações internacionais. Ao evitar maiores influências por meio das perguntas, tentou-se captar, por fim, o modo como cada área categorizava os eixos temáticos no trabalho diário e em quais dessas dimensões os esforços eram concentrados.

A segunda parte teve como tema de discussão a relação entre o governo federal e os Municípios. Pôde-se verificar, assim, a contribuição da União na atuação internacional de cada uma das cidades entrevistadas, mapeando a existência de parcerias, financiamentos e projetos conjuntos. Entre os determinantes que interferem no grau de relação desses entes federados estão o porte populacional e a linha partidária, destacados na análise.

3 O interessante aqui é analisar a percepção simbólica que está embutida nessas escolhas e mesmo a discussão do Fórum de Secretários de Relações Internacionais dos Municípios de que esse nome seria inadequado, visto que nem todas as áreas apresentavam o *status* de secretaria.

A informação sobre os principais projetos ou ações pontuais dessas áreas internacionais passa a ser o foco da terceira parte. O objetivo era analisar se havia semelhanças nas motivações que justificavam essas atividades a ponto de indicarem padrões de comportamentos entre os Municípios. Dada a reconhecida dificuldade de mensurar os resultados, buscou-se ainda escutar dos próprios técnicos a avaliação sobre quais produtos e impactos haviam sido alcançados.

A exposição desses resultados contribui para sensibilizar as demais cidades que ainda não apresentam uma atuação internacional estruturada. Aprender com essas práticas pode evitar dificuldades futuras por outros já solucionadas. Por isso, a quarta parte trouxe as perspectivas sobre os desafios enfrentados pela área internacional na realização de suas atividades. Mais de cinquenta por cento indicaram a falta de recursos financeiros e humanos como os principais problemas. As soluções, em muitos casos, estão relacionadas a uma maior integração com as demais secretarias da prefeitura, à formação de conselhos para atuação internacional e à promoção de experiência profissional de estudantes estrangeiros dentro da administração.

Por último, a entrevista serviu como canal de ouvidoria para os Municípios opinarem sobre que papel a CNM deve assumir no âmbito da internacionalização a partir do local. Isso permitiu uma avaliação da entidade, confirmando a percepção de que o caráter informativo, de sensibilização, de articulação, de representação e de capacitação são cinco eixos centrais para o desenvolvimento da CNM Internacional. Essa entidade almeja, porém, colaborar ainda mais com os Municípios e, no contexto da comemoração dos três anos da área, faz desse espaço uma via de diálogo na qual aponta as orientações para futuras ações dentro do movimento municipalista.

No momento de compilar todas essas dimensões da atuação municipal, observou-se, porém, que outra sequência lógica seria mais propícia para a construção dos capítulos. Isso porque era importante conectar essas cinco partes dentro de um todo, como percebido na fala dos entrevistados. Além disso, a construção de tabelas foi o método utilizado para transformar esse conteúdo em uma forma mais visual, permitindo que uma leitura transversal do documento fosse capaz de absorver

a mensagem geral que se espera transmitir. Uma vez que apenas trechos das entrevistas encontram-se presentes nesta publicação, a CNM poderá ainda disponibilizar a íntegra da gravação para futuros interessados.

Logo, o saldo final deste trabalho é a sistematização de informações relevantes disponibilizadas pelos Municípios brasileiros que contavam, no ano de 2008, com uma área específica para a atuação internacional. A visão sobre o escopo dessas 30 áreas estruturadas permitirá a construção de um panorama útil a todos os interessados em conhecer a realidade diária dos que buscam nos Municípios inovar e responder às tendências globais. Portanto, a proposta aqui é ser mais que um documento informativo que explore recursos visuais (como apresentação em quadros) para leituras remissivas. Este material alcançará seu objetivo de fato a partir do momento que servir como instrumento de auxílio para gestores governamentais incrementar ou iniciar uma comunicação mais efetiva com o mundo.

2. Histórico e Finalidade da Área Internacional

A área internacional resulta de uma confluência de impulsos e demandas que seguem a particularidade de cada Município. De maneira geral, ela é instituída como forma de coordenar as ações preexistentes no campo internacional. Do mesmo modo, há inúmeros outros Municípios que não possuem área internacional estruturada (e por isso não incluída nesta pesquisa) e, no entanto, realizam atividades internacionais. A aprovação de projetos de cooperação técnica ou a articulação por financiamento com as agências internacionais é um dos exemplos de atividades que estimulam a criação de uma área específica para melhorar a coordenação dentro da prefeitura e qualificar a relação com os atores externos.

Tal fenômeno é ainda recente entre as cidades brasileiras – apenas 30 do total de 5.562 Municípios. A maioria dos órgãos consolidou-se ainda nas duas últimas gestões municipais – dezesseis na gestão 2005-2008 e oito na gestão 2001-2004. Os casos raros que se deram no início da década de 1990 estão relacionados a eventos excepcionais como a influência da Eco 92 no **Rio de Janeiro/RJ**. Além disso, há uma forte concentração em capitais ou regiões metropolitanas (principalmente no Estado de São Paulo).

Embora, há muito tempo, já tivesse uma posição internacional importante e participasse ativamente de eventos internacionais, o Município do **Rio de Janeiro/RJ** não possuía uma área que coordenasse os esforços empreendidos. Problema solucionado em 1993 com a criação da Coordenadoria de Relações Internacionais, em que se destacou a importância do caráter visionário do então prefeito Cesar Maia. Desde esse início, a área é chefiada por um diplomata de carreira – o que trouxe al-

gumas vantagens pela facilidade de relacionamento com o Itamaraty, pela vivência no exterior e pelo domínio de outros idiomas. Todavia, esse trabalho foi dinamizado a partir de 2003, quando houve uma reestruturação.

A atuação internacional em **Porto Alegre/RS**, por exemplo, começou pelo interesse na captação de recursos, sendo a área estruturada no mesmo ano que a do **Rio de Janeiro/RJ**. O tema da cooperação internacional só seria incluído como um dos objetivos em 1996 – o que dinamizaria as relações com outros governos locais do mundo. A realização por quatro períodos do Fórum Social Mundial contribuiu também para a projeção da cidade, sobretudo no âmbito das redes de cidades. Esse trabalho foi intensificado, na última gestão, na Secretaria Municipal de Captação de Recursos, Investimentos e Relações Internacionais – Captare, tendo a visão sobre a relevância da captação de conhecimento para o melhor atendimento da população.

TABELA 1 – DADOS HISTÓRICOS DA ÁREA INTERNACIONAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Gestão	Lista de Municípios	Ano	Total
1993-1996	Rio de Janeiro	1993	4
	Porto Alegre		
	Campinas	1994	
	Belo Horizonte	1995	
1997-2000	Santo André	1997	2
	Maringá		
2001-2004	São Paulo	2001	8
	Curitiba		
	Recife		
	Jundiaí		
	São Carlos		
	São Vicente		
	Jacareí		
Florianópolis	2004		

2005-2008	Cascavel	2005	16
	Suzano		
	Itanhaém		
	Itu		
	Diadema		
	Guarulhos		
	São José do Rio Preto		
	Santa Maria		
	Salvador		
	Vitória		
	Santos		
	Camaçari		
	Foz do Iguaçu		
	Belém	2006	
	Osasco	2007	
São Bernardo do Campo			

Fonte: elaboração própria.

As secretarias em **Campinas/SP** e em **Belo Horizonte/MG** foram fundadas no mesmo mandato eletivo das anteriores (um ano depois), com o objetivo semelhante de coordenar as ações de caráter internacional já existentes. A primeira, embora mantivesse a perspectiva da cooperação técnica, estava mais orientada por um viés de desenvolvimento econômico e atração de investimentos. Já a assessoria internacional da capital mineira surge com o intuito de determinar as diretrizes da internacionalização da cidade. Em 2005, a Secretaria Adjunta de Relações Internacionais seria instituída como forma de ampliar a articulação da prefeitura e suas ações internacionais com o conjunto do Município – universidades, entidades de classe, setor privado, organizações da sociedade civil, governo federal e governo estadual.

Na gestão municipal 1997-2000, surgem outras duas áreas internacionais. A compreensão da necessidade de internacionalização e de desenvolvimento regional segue como um princípio desde a criação da área no Município de **Santo André/SP**.

A principal finalidade da enxuta assessoria na época era incrementar a cooperação técnica com outros Municípios (principalmente na perspectiva das cidades-irmãs). Com o aumento da captação de recursos, ocasionada pela participação da União Europeia em um projeto social chamado de *Santo André Mais Igual*, a equipe foi ampliada em 2001, constituindo a Secretaria de Relações Internacionais e Captação de Recursos. O caso de **Maringá/PR** chama atenção por ter sido uma demanda nascida dentro do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Diante da percepção de que a cidade vinha perdendo seu dinamismo econômico, uma estratégia com vistas ao futuro da cidade foi criada com a dimensão internacional.

A Secretaria Municipal de Relações Internacionais em **São Paulo/SP** foi criada em junho de 2001 pela Lei 13.165 para atuar em conjunto com as outras secretarias municipais na definição, coordenação e implementação das ações internacionais da prefeitura. Por lei, a secretaria possui as seguintes atribuições:

- I. assessorar o prefeito em contatos internacionais com governos e entidades públicas ou privadas;
- II. estabelecer e manter relações e parcerias com organismos multilaterais, organizações não governamentais internacionais, fundações, representantes diplomáticos, empresas internacionais, cidades-irmãs do Município de São Paulo e outras entidades afins;
- III. fornecer suporte técnico aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo em contatos internacionais, bem como no desenvolvimento e na elaboração de convênios e projetos de cooperação internacional.

A cidade de **Curitiba/PR**, por sua vez, sofreu forte influência do governo estadual que possuía uma estrutura para apoiar esse relacionamento internacional. A mesma equipe do Estado do Paraná foi responsável pela implementação da Secretaria de Relações Internacionais no Município. Entre as atividades, encontram-se

a organização de eventos, a recepção de delegações e a cooperação com outros Municípios, sobretudo com cidades-irmãs. Vale ressaltar que o sistema de transporte coletivo da capital catarinense ganhou destaque em todo o mundo a partir da década de 1970. A busca por uma projeção internacional semelhante levou **Jundiaí/SP** a criar sua área internacional.

Já **São Carlos/SP**, **São José do Rio Preto/SP** e **Recife/PE** sofreram maior influência da rede Mercocidades (fundada em 1995). No último caso, isso ocorreu em menor grau, visto que a capital já mantinha presença em vários eventos internacionais. No entanto, tais ações eram pontuais e, na maioria das vezes, desenvolvidas de maneira independente. A primeira assessoria internacional em um Município do Nordeste foi criada, então, em 2001 com orientação para a cooperação internacional. Todavia, no início da gestão 2004-2008, uma reforma administrativa criou a Coordenadoria de Captação de Recursos e Relações Internacionais, cuja principal finalidade passou a ser a captação de recursos e a atração de investimentos para o Município. Fato semelhante ocorreu em **São José do Rio Preto/SP**, quando o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Relações Internacionais foi criado em 2005, dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2001, dentro da Secretaria de Planejamento.

Por outro lado, em **Guarulhos/SP** observou-se fenômeno inverso. Ou seja, inicialmente o assunto internacional fazia parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Todavia, quando a Coordenadoria de Relações Internacionais foi criada em 2005, observou-se uma atuação mais forte nas redes de cidades – como a própria Mercocidades e a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). A intenção maior, no entanto, era dar projeção internacional. Isso porque, apesar de possuir um PIB expressivo (o segundo do Estado de São Paulo) e um grande contingente populacional, ela era muito confundida com a cidade de São Paulo, tendo em vista o grande fluxo em relação ao aeroporto internacional.

A promoção econômica ainda seria o aspecto fundamental para as duas grandes cidades portuárias: Santos/SP e Vitória/ES. A primeira aponta, assim, as finalidades de captação de investimento, de atração de empresas estrangeiras para o Município e de incremento do comércio internacional. Contudo, essas duas cidades não deixam de destacar a promoção da cooperação com outras entidades e cidades no exterior. O caso de Cascavel/PR é interessante ainda nesse contexto ao ter como principal impulso o agronegócio. A área internacional encontra-se dentro da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundetec) que gerencia o parque tecnológico agroalimentar da cidade. Essa fundação pública foi criada com o intuito de expandir a atividade industrial ligada a esse ramo da economia que tem tradição na cooperação técnica. A atuação internacional da Fundetec abrange não apenas o Município de Cascavel/PR, mas também 51 cidades da região de abrangência da Associação de Municípios do Oeste do Paraná (Amop), além de entidades regionais, como a Itaipu Binacional.

O incremento de turistas internacionais na cidade é outro motivador para o surgimento da área internacional, pois estão relacionados ao emprego e à renda, como observado em **Florianópolis/SC**, **Foz do Iguaçu/PR** e **São Vicente/SP**. Desse modo, o cargo de assessor para assuntos internacionais foi criado, no primeiro caso, quando o Município estava bem cotado para ser a capital turística do Mercosul, com a finalidade de incentivar a inserção no bloco regional. **Foz do Iguaçu/PR** representa bem essa necessidade de integração com os países vizinhos, já que se encontra em uma fronteira tríplice com Argentina e Paraguai. É a única cidade na faixa de fronteira do País com uma área internacional estruturada que, em razão do alto contingente de turistas por conta das Cataratas do Iguaçu, se volta para a vocação turística. São Vicente segue, por fim, esse mesmo olhar sobre o turismo e o Mercosul.

Ao encerrar a motivação econômica, vale retomar o tema da captação de recursos por dois motivos. Primeiro, para diferenciá-lo tanto desta última dimensão quanto da cooperação técnica, sendo mais bem traduzida pela cooperação financeira. Segundo, para demonstrar como há nesse tema uma mistura entre esfera nacio-

nal e internacional. De um lado, a Secretaria de Relações Internacionais e Institucionais de **São Bernardo do Campo/SP** surge, em 2007, impulsionada principalmente pelos financiamentos obtidos pelo Município junto às organizações financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Por outro lado, nota-se um direcionamento de parte significativa dos esforços no âmbito federal e estadual, como apontado pela Diretoria de Relações Internacionais e Captação de Recursos de **Suzano/SP**.

Essas duas cidades fizeram questão de enfatizar também sua atuação no eixo da cooperação técnica. No caso de São Bernardo, destaca-se o projeto concluído em 2008 em parceria com o governo japonês de despoluição da represa Billings. **Jacareí/SP**, por exemplo, teve a criação da Coordenação de Projetos Internacionais justificada na aprovação pelo Programa de Ajuda Urbano Regional (Urbal) de um projeto voltado à gestão pela cidadania. **Diadema/SP**, por outro lado, investiu recursos próprios para a cooperação descentralizada com Montreux, na Suíça. A identidade político-partidária dos prefeitos na época foi um motivador a mais, dada a proximidade ideológica entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista francês. Essa questão é muito destacada pelo secretário de **Camaçari/BA** ao apontar a influência da cultura de atuação internacional das prefeituras petistas. Segundo ele, as cidades muitas vezes se espelham na experiência de outras, como foi o caso desse Município com **Santo André/SP**.

Uma última distinção a ser feita aqui é o caso de **Belém/PA**, que aponta a visita de delegações de outros países à cidade como o motivador para a instalação da área internacional. Entretanto, essas distinções são cada vez mais difíceis de serem realizadas, uma vez que os Municípios têm aberto esse leque de possibilidades para receber mais oportunidades internacionais. Nesse sentido, o argumento sobre a principal finalidade para a criação da Secretaria de Relações Internacionais em **Salvador/BA** decai na “atração de investimentos e na consolidação de parcerias estratégicas para alavancar o desenvolvimento do Município e melhorar a qualidade de vida da população, sobretudo a mais carente”. **Osasco/SP**, por sua vez, expressa sua função como a de estabelecer contatos e parcerias internacionais.

Itu/SP e Itanhaém/SP reforçam, nesse sentido, a necessidade de centralizar as diversas iniciativas que surgem no Município. Sendo assim, o objetivo da área internacional para **Itanhaém/SP** é consolidar os programas internacionais tais quais:

1. criar um banco de dados (histórico local) relacionado à área internacional;
2. planejar e implementar as políticas e os programas de promoção internacional da cidade para educação, cultura, lazer, turismo e meio ambiente;
3. fornecer suporte para o desenvolvimento do setor de comércio e de negócios;
4. coordenar suas atividades e protocolos de cidades-irmãs e cidades amigas; e
5. propor e promover intercâmbio, debates e pesquisas no âmbito das relações internacionais para o desenvolvimento econômico e social.

O que pode ser observado é que os motivadores para a criação da área internacional são variados. Em alguns casos, o que foi fator principal no surgimento se transforma em secundário mais à frente, seja por mudança dos tomadores de decisão ou mesmo de diagnóstico. Outra conclusão é que o intercâmbio entre as cidades tende a favorecer a ampliação do escopo de atuação dessas áreas, levando a tratativa de todos os aspectos levantados acima. A vantagem do desempenho de diferentes funções é a maior capacidade de a área contribuir para integração dentro da própria prefeitura. Por mais que seja difícil resumir em um único motivador, no geral, nota-se uma predominância desses motivadores iniciais que justifica a exposição do quadro a seguir.

TABELA 2: PRINCIPAIS MOTIVADORES PARA A CRIAÇÃO DA ÁREA INTERNACIONAL

Município	Motivador Central	Total
Porto Alegre	Captação de Recursos	3
São Bernardo do Campo		
Suzano		
Belém	Cooperação Técnica	17
Belo Horizonte		
Camaçari		
Cascavel		
Curitiba		
Diadema		
Itanhaém		
Itu		
Jacareí		
Osasco		
Recife		
Salvador		
Santa Maria		
Santo André		
São Carlos		
São José do Rio Preto		
São Paulo		
Guarulhos	Projeção Internacional	3
Jundiaí		
Rio de Janeiro		
Campinas	Promoção Econômica	4
Maringá		
Santos		
Vitória		
Florianópolis	Turismo Internacional	3
Foz do Iguaçu		
São Vicente		

Fonte: elaboração própria.

A motivação na captação de recursos, indicada em três Municípios, pode ser compreendida como a cooperação financeira com organismos mundiais como com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Já a cooperação técnica expressa a relação entre cidades ou mesmo projetos com agências internacionais com enfoque no intercâmbio de conhecimento. A participação política dentro de redes de cidades ou outras vias como irmanamentos impulsionam esse tipo de cooperação – o que justifica sua elevada concentração no quadro.

A categoria da promoção econômica abrange, nesse contexto, as dimensões de comércio exterior e atração de investimento. Isso porque a dimensão do turismo – enquadrada mais à frente como parte da categoria anterior – foi apresentada de modo separado para dar maior ênfase ao perfil desses três Municípios. Por fim, Projeção Internacional foi a nomenclatura utilizada pelos responsáveis dos Municípios para trabalhar a marca da cidade externamente – o que na CNM denominamos como *Marketing* Internacional.

Quando comparamos o quadro de motivadores com o de ano de criação, percebemos, portanto, que não há uma correlação entre o período e o motivador. Isso pode ser bem representado na análise do período de 1993-1996, em que cada um dos quatro Municípios foi estimulado por fatores diferentes: **Rio de Janeiro/RJ** (Projeção Internacional), **Porto Alegre/RS** (Captação de Recursos), **Campinas/SP** (Promoção Econômica) e **Belo Horizonte/MG** (Cooperação Técnica). Dessa forma, a variedade de demandas e os diferentes contextos prevalecem nos casos observados. Todavia, é fato também que há uma tendência de os Municípios mais recentes aglomerarem todas essas funções dentro da mesma estrutura.

3. Eixos de Atuação

O capítulo anterior demonstrou que as motivações para a atuação internacional nos Municípios são diversas e se ampliam com a criação da área internacional. No contexto brasileiro, em que a maioria das áreas foi criada na última gestão (2005-2008), a compreensão sobre essa pluralidade de ações demonstra-se ainda imatura – o que dificulta o alcance de conceitos comuns. Por isso, buscou-se dar a oportunidade aos entrevistados de apresentar sua própria divisão sobre os principais eixos de atuação. Foi a partir da explicação desses eixos que se puderam alcançar padrões mínimos de análise propostos abaixo.

Todavia, ao tentar simplificar essa análise dentro de categorias passíveis de comparação, gera-se uma visão fragmentada que não corresponde à dinâmica real, já que essas ações são de elevado grau de interdependência. Por isso, é importante reforçar que o objetivo deste capítulo é perceber quais são as dimensões da atuação internacional dos Municípios, quais delas estão incluídas no escopo das 30 áreas examinadas e, dentre elas, quais são os esforços prioritários. Vale enfatizar que, no tempo destinado a cada entrevista, não era possível retratar todas as ações do Município. Nesse sentido, a CNM tentou incrementar o estudo com informações em que tinha segurança sobre sua veracidade – entendendo que o propósito final não é indicar aqui uma secretaria vencedora, mas sim disponibilizar o máximo de aprendizado útil para experiências posteriores.

Portanto, a avaliação sobre os ganhos alcançados pelas áreas internacionais resume-se aqui à percepção oferecida pelos próprios entrevistados. Desse modo, antecipamos o bloco três – relacionado aos resultados dos projetos e ações pontuais – para elaborar uma abordagem única. Isso porque as respostas desse bloco foram muito semelhantes à discussão na primeira parte sobre os esforços e prioridades. A análise que se segue partirá, assim, de quatro macro dimensões identifica-

das (política internacional, cooperação internacional, promoção econômica e *marketing* urbano), com ilustrações oferecidas pelos Municípios que têm esse tipo de atuação internacional.

Município	Política Internacional			
	Fóruns	Cidade-Irmã	Políticas Públicas (Redes)	Outros
Belém		X	X	
Belo Horizonte	X	X	X	
Camaçari	X	X	X	
Campinas		X	X	X
Cascavel		X		
Curitiba	X	X	X	X
Diadema		X	X	X
Florianópolis		X	X	
Foz do Iguaçu		X	X	X
Guarulhos	X	X	X	
Itu				
Itanhaém		X		
Jacareí		X	X	
Jundiaí		X		X
Maringá		X	X	
Osasco		X	X	X
Porto Alegre	X	X	X	X
Recife		X	X	
Rio de Janeiro	X	X	X	X
Salvador	X	X	X	X
Santa Maria	X	X	X	X
Santo André	X	X	X	
Santos		X	X	X
São Bernardo do Campo		X	X	X
São Carlos	X	X	X	
São José do Rio Preto		X	X	X
São Paulo	X	X	X	X
São Vicente		X	X	X
Suzano		X	X	
Vitória		X	X	X

Fonte: elaboração própria.

TABELA 3: QUATRO MICRO DIMENSÕES DE ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Cooperação Internacional		Promoção Econômica			Marketing Urbano
Técnica	Captação de Recursos	Comércio Exterior	IED	Turismo	
X				X	
X	X			X	
X				X	X
X	X	X	X		
X			X		
X					X
X					
X	X			X	
X				X	
X					X
X		X	X		
X	X				X
X		X			X
X	X		X		
X		X			
X	X	X	X		X
X	X		X	X	
X	X		X	X	X
X	X	X	X		X
X	X			X	
X	X	X	X	X	X
X	X	X	X		
X	X	X			
X			X		
X		X	X		
X	X	X	X	X	X
X		X		X	
X	X		X		
X	X	X			X

3.1 Política Internacional

Para analisar a política internacional, primeiramente, devem-se compreender as diferentes percepções dentro do conceito de política, a começar pelo caráter eletivo dos prefeitos e dos vereadores. Dessa forma, as autoridades municipais são convocadas a representar sua comunidade em diferentes eventos dentro do país ou fora deste. Nesses eventos, posicionamentos políticos são demandados em questões de sua competência. Como os temas são cada vez mais globais, essas autoridades são impelidas a extrapolar os limites constitucionais, trazendo a voz informal de seus cidadãos, sobretudo em assuntos relacionados à cultura local. A partir daí, laços de amizade passam a ser firmados por meio de irmanamentos ou outras formas de relacionamento que possibilitam o intercâmbio de conhecimento sobre políticas públicas.

3.1.1 Fóruns Internacionais

A subdimensão dos Fóruns Internacionais representa esses espaços políticos em que as autoridades locais aproximam o debate das relações internacionais da vivência local. O que acontece nesses espaços é uma grande reflexão e indicação de soluções para as problemáticas globais. Por exemplo, do Fórum Social Mundial (FSM), criado em **Porto Alegre/RS**, surgiu o Fórum de Autoridades Locais (FAL) e uma série de outros fóruns como o Fórum de Autoridades Locais da Periferia (Falp), indicado como uma das atuações de cidades como **Camaçari/BA**, **Guarulhos/SP** e **Santa Maria/RS**. O caráter popular, com predomínio de uma visão do movimento de esquerda, marca esses fóruns – como bem pode ser observado na semelhança partidária (PT) das três cidades apontadas anteriormente.

Por sua vez, a articulação de redes, como o Mercocidades e a Flacma, fez nascer o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) do qual participam os Municípios de **Belo Horizonte/**

MG, Santo André/SP e São Carlos/SP. Salvador/BA é um entusiasta do Fórum de Autoridades Locais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Foral CPLP) e esteve presente nos encontros organizados pela CNM que antecederam à instalação deste fórum. **Porto Alegre/RS**, por outro lado, tem colaborado com esse trabalho da entidade de oficialização do Fórum de Governança Local Índia-Brasil-África do Sul (FGL Ibas). Esses três fóruns representam a conquista dos governos locais por espaços de discussão sobre as prioridades da política externa brasileira no eixo Sul-Sul.

O **Rio de Janeiro/RJ**, ao ser sede do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), foi indicado a ser um entre os vinte representantes que compõem o Comitê Consultivo de Autoridades Locais das Nações Unidas (Unacla).⁴ A capital carioca ainda foi selecionada para sediar, em 2010, o *V Foro Urbano Mundial*, organizado por essa mesma agência. **Curitiba/PR e São Paulo/SP** demonstram-se ainda como cidades engajadas em discussões promovidas pela ONU, como os Fóruns sobre Mudanças Climáticas.

Diferenciar esses Fóruns de seminários promovidos pelas redes, da atração de encontros bilaterais realizados nas cidades ou mesmo acontecimentos como o Encomex nem sempre é simples. Por isso, o conceito aqui adotado limitou-se aos assentos políticos ocupados pelas cidades ou aos demais espaços que se denominam por fóruns.

3.1.2 Cidades-Irmãs

Salvo a exceção do Município de Itu, todos os demais mantêm acordos de irmanamentos com cidades em outros países. O Programa Cidades-Irmãs foi lançado em 1956 pelo então presidente dos Estados Unidos Eisenhower, no contexto de reconstrução pós Segunda Guerra Mundial. O objetivo era desenvolver projetos assistenciais por intermédio dos governos locais, ampliando o entendimento e

⁴ A CNM, mais recentemente, também assumiu um assento nesse comitê por meio da indicação da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais unidos (CGLU).

a amizade internacional em todos os níveis da comunidade. No Brasil, os primeiros irmanamentos se deram entre o **Rio de Janeiro/RJ** e Istambul/Turquia (1965) e Kobe/Japão (1969), além de **Porto Alegre/RS** e Kanazawa/Japão (1967). Essa prática ainda se mantém, como observamos nos casos de **Rio de Janeiro/RJ** com Coimbra/Portugal (2008), **Vitória/ES** com Zhuhai/China (2008) e **Campinas/SP** com Duran/África do Sul (2009).

Não seria de estranhar que a maior concentração de irmanamentos das cidades entrevistadas ocorre com governos locais portugueses (22). O idioma aparece como um forte indicador da marca cultural, havendo cidades com nomes semelhantes – a exemplo de **Porto Alegre/RS** e Portoalegre. O relacionamento com a Itália (11) também se explica por fatores históricos culturais. A forte presença de irmanamentos como governos locais dos Estados Unidos (12) demonstra a presença do “*hegemon*”, onde essa prática se iniciou. O que talvez mais chame atenção é a posição de países como China e Japão, 15 e 14 cidades-irmãs respectivamente. França e Argentina também se destacam com 8 irmanados com governos locais brasileiros.

São Paulo/SP (33), **Rio de Janeiro/RJ** (28) e **Recife/PE** (28) são as cidades brasileiras com a maior quantidade de irmanamentos. Para esta última, o objetivo maior é a troca de experiências e a captação de recursos. Para **Santos/SP** – que possui 14 cidades-irmãs espalhadas pela Ásia, América Central e Europa –, o intuito é identificar dificuldades comuns, captar recursos e conhecimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população santista. Essa mesma cidade afirma que a assinatura destes convênios leva em conta ainda o sentido de reafirmação da fraternidade que deve nortear as relações humanas, considerando *mister* o relacionamento pacífico entre as mais diversas nações.

Segundo a gestora municipal santista, “até a criação da assessoria de relações internacionais, esses irmanamentos não saiam do papel e nós procuramos sempre fomentar essas relações”. Nesse mesmo sentido, o representante de **Curitiba/PR** afirmou que um resultado da área internacional para o Município é a revisão de

acordos de cidades-irmãs, dos memorandos de intenção, para os quais tem havido um esforço para que se tornem concretos, fato exemplificado pelas visitas às cidades de Suwon, na Coreia, e Hangzhou, na China.

As comemorações do “Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil” e do “Ano da França no Brasil” são exemplos de fatos que favoreceram a concretização de novos e a retomada dos antigos irmanamentos. Nesse sentido, houve festividades em várias cidades, como em **Jundiá/SP** – com contribuições da cidade-irmã de Iwakuni – e em **Santos/SP** – com a participação de Shimonoseki. O Município de **Suzano/SP** destaca, assim, que uma das motivações na questão dos irmanamentos é a ideia de fazer intercâmbios culturais a fim de que as raízes dos povos que formaram a cidade (comunidades japonesas, árabes, afrodescendentes) sejam resgatadas. Por fim, **São Bernardo do Campo/SP** reforça a relevância do aspecto cultural no momento de identificar características semelhantes que justifiquem o irmanamento.

Outros exemplos de resultados possíveis de serem alcançados por meio do irmanamento podem ser observados no caso de **Belém/PA** e **Recife/PE**. A participação da capital paraense na edição 2008 do Salão Internacional do Livro de Pointe-à-Pitre, maior cidade do departamento ultramarino francês, localizado no Caribe, contou com a representação de literários locais e com uma mostra fotográfica do Mercado do Ver-o-Peso, além de outras ilustrações das principais ações culturais da cidade. A questão do idioma é outro aspecto desenvolvido por **Recife/PE**, que envia assessores para a aprendizagem do mandarim na China.

A dimensão econômica também está presente nessa estratégia internacional das cidades. **Itanhaém/SP**, que possui irmanamentos desde 1990, conseguiu o financiamento da passarela da rodovia Anchieta – ponto turístico do Município – por meio de uma das suas cidades-irmãs. A cidade canadense de Saint-Hyacinthe, por sua vez, tem um acordo com **Cascavel/PR** em que se objetiva a instalação de empresas no parque tecnológico desta cidade. Um último exemplo pode ser dado de **Maringá/PR**, que tem irmanamentos com cidades na França, na Espanha e em Portugal, onde já houve exposições do setor de confecções para iniciar negócios na área.

São José do Rio Preto/SP afirma ter uma atuação relativamente tímida com irmanamentos com a cidade de Nantong, na China, e com a cidade de Vicenza, na Itália, em razão do polo da indústria joalheira riopretense. O estabelecimento de negócios com a cidade de Nantong começou a partir do recebimento de uma comitiva da cônsul da China. **Porto Alegre/RS**, que fez contatos iniciais na área de esportes com o Município de Kanazawa, conseguiu atrair três missões do Japão interessadas em contatos de comércio na área têxtil. Esses dois casos ilustram bem como a estratégia de irmanamentos está intrinsecamente associada, por fim, com outras dimensões.

3.1.3 Redes de Políticas Públicas

Assim como a estratégia de irmanamento, quase todas as cidades analisadas fazem partes de redes temáticas para o desenvolvimento de suas políticas públicas locais. Além do intercâmbio de conhecimento possibilitado por essas redes, aumenta-se a chance de obter informações sobre convocatórias internacionais de projetos, de conhecer os grandes especialistas sobre o tema, de ampliar o relacionamento direto com empresas multinacionais interessadas na área, de adquirir capacidade de comparação com o que há de mais inovador sobre o assunto. Municípios ainda como **Camaçari/BA**, **Porto Alegre/RS** e **Santo André/SP** destacam, por fim, a oportunidade de projeção internacional da cidade por meio das redes.

A quantidade de redes existentes dificulta, todavia, a decisão dos Municípios sobre em quais delas participar. Especialmente em razão das elevadas taxas de filiação geralmente cobradas, é preciso priorizar. Por isso, algumas redes não cobram taxas de filiação como forma de estímulo à participação, sendo sustentadas pelo próprio governo local que mantém a sede. Stuttgart, por exemplo, utiliza o “Cities for Mobility” como canal para divulgar suas inovações em mobilidade. Essa rede constitui-se ainda em um dos grupos de trabalho e comitês da organização mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

Não sendo possível abordar todas as redes de cidades, destacamos abaixo apenas as mais indicadas nas entrevistas. Iniciaremos, nesse sentido, com a CGLU que surge com a missão de reunir essas redes internacionais. Essa organização mundial é composta por sete sessões regionais mais a rede Metropolis. No caso, o Brasil é uma sub-região da sessão denominada Federação Latino-americano de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma). O objetivo é o fortalecimento e a unificação do movimento municipalista internacional, a fim de se posicionar de modo coordenado diante das organizações como as Nações Unidas. Todavia, os Municípios brasileiros ainda não se engajaram de modo adequado nesse movimento e, como ainda há um impasse sobre a inclusão direta dos filiados à Metropolis, apenas Guarulhos, entre as 30 cidades, encontra-se com capacidade ativa de voto e assento.

Uma das redes que compõe a Flacma é o Mercocidades. Ao contrário da realidade anteriormente exposta, 25 das cidades analisadas fazem parte desse grupo. Isso ressalta a grande autonomia da rede que é dividida em 14 unidades temáticas: ambiente e desenvolvimento sustentável; autonomia, gestão e financiamento; ciência, tecnologia e capacitação; cooperação internacional; cultura; desenvolvimento econômico local; desenvolvimento social; desenvolvimento urbano; educação; gênero e Município; juventude; planejamento estratégico; seguridade cidadã; turismo.

Belo Horizonte/MG, **Porto Alegre/RS** e **Santo André/SP** são as únicas cidades brasileiras que já assumiram a Secretaria Executiva da rede. O que há em comum entre as três é a linha partidária, sendo ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). **São Carlos/SP** (PT) também coordenou uma unidade temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação. O responsável por **Camaçari/BA** (PT) enfatizou essa importância de afinidade partidária para a discussão de assuntos internacionais. O Município de **Jacareí/SP**, semelhantemente, destacou entre os seus esforços a discussão das Políticas Internacionais por meio da Secretaria de Relações Internacionais do PT.

São José do Rio Preto/SP, cujo prefeito era do Partido Popular Socialista (PPS), coordenou também uma comissão de trabalho, chamada “Fomento ao Ne-

gócio”. O objetivo era promover a participação da parte privada de cada cidade nas reuniões da rede e, para tal, promover encontros, feiras, rodadas de negócios etc. Isso foi alcançado pelo Município que atraiu vários empresários para atuação junto ao Município dentro do Mercocidades. Esse tema também se enquadra em políticas de promoção econômica, mais especificamente na atração de investimento externo a ser abordado mais à frente.

Outra dimensão fortemente atrelada a esse relacionamento em redes é o estímulo à cooperação internacional. A Rede Urbal, nesse sentido, financia projetos de cooperação técnica na área de gestão compartilhada, planejamento intersetorial, cultura e juventude entre outros. A motivação do trabalho na área de juventude em **Diadema/SP**, por exemplo, tem raízes históricas e visa à retomada das ações nessa área que diminuiu ao longo do tempo. Esse projeto é desenvolvido em parceria com Roma, Medellín e Granada. As redes, nesse sentido, criam um ambiente favorável para a construção dessas parcerias multilaterais exigidas em convocatórias como a do Urbal. Desde que foi lançado, em 1995, esse programa já aprovou mais de 180 projetos com engajamento de mais de 700 autoridades locais da Europa e da América Latina, totalizando milhares de Euros para cooperação descentralizada. Entre os entrevistados, 22 cidades fizeram parte de pelo menos uma das redes, como observado no quadro a seguir:

TABELA 4: RELACIONAMENTOS INTERNACIONAIS EM REDES TEMÁTICAS

Rede 4 A Cidade como Promotora do Desenvolvimento Econômico	Rede 6 Meio Ambiente Urbano	Rede 8 Controle da Mobilidade Urbana	Rede 9 Financiamento Local e Orçamento Participativo
Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador	Porto Alegre, São Paulo, Salvador	Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Guarulhos, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Santo André, São Paulo, São Vicente, Vitória	Belém, Belo Horizonte, Campinas, Maringá, Recife, Rio de Janeiro, Santa Maria, Santo André, São Paulo, Jacareí*, São Carlos*, Suzano*
Rede 10 Luta Contra a Pobreza Urbana	Rede 12 Promoção da Mulher nas Instâncias de Decisão	Rede 13 Cidades e a Sociedade da Informação	Rede 14 Segurança Cidadã na Cidade
Santa Maria, Santo André, São Bernardo do Campo, São Carlos, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Diadema, Guarulhos, Maringá, Porto Alegre, Recife, Campinas*, Jacareí*	Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Guarulhos.	São José do Rio Preto, São Carlos, São Bernardo do Campo, Curitiba, Maringá, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Vitória, Guarulhos	Rio de Janeiro, Vitória, Belém

Fonte: *Observatorio de la Cooperación Descentralizada*

*Membro observador

A capital baiana desenvolve projetos ainda com o Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estrutural Urbano (Cideu), que dizem respeito à assistência no Planejamento Urbano e também ao incremento de arrecadação de impostos. **Camacari/BA**, que destacou esse tema como uma das prioridades da secretaria, fez parte do curso de formação em Planejamento Urbano Estratégico (PEU) oferecido por essa rede de duração de um ano. Em 2010, a cidade de **Belo Horizonte/MG**, como vice-presidente dessa rede, sediou o *XVIII Congresso do Cideu*.

A política de internacionalização da capital mineira tem foco específico no apoio à boa governança, à gestão pública e ao desenvolvimento de programas e políticas públicas. Nesse sentido, o Município busca inserir-se, por meio de suas diversas secretarias, em redes internacionais que correspondam às expectativas que se tem em relação à atuação de **Belo Horizonte/MG** no meio internacional. Uma das principais políticas da secretaria, inclusive, consiste em coordenar suas ações às redes de cidades. Nesse sentido, **Belo Horizonte/MG** é ainda a coordenadora nacional da Associação Internacional das Cidades Educadoras (Aice).

A rede, organizada pela Aice, surgiu durante o 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em 1990. Seu principal objetivo era adotar a educação como direito fundamental de todos os cidadãos, além de identificar e desenvolver aspectos educativos presentes nas políticas de cada localidade. Na página eletrônica do Município, o prefeito de **Salvador/BA** afirmou que conceito de cidade educadora parte do princípio de que a educação pode e deve extrapolar os muros da escola, sendo um norte nas relações sociais e humanas, a integração entre a escola e as comunidades situadas no seu entorno.

A prefeitura de **Santos/SP** informou que participa em quatro redes de Municípios: a Aice, o Mercocidades, a Rede Urbal e a AIVP. Essa última, a Associação Internacional de Cidades Portuárias, demonstra a peculiaridade da cidade santista que, além de dar maior visibilidade ao Município, promove o intercâmbio de informações específicas sobre cidades portuárias. **Belo Horizonte/MG**, nesse sentido, é a única representante brasileira na rede *Switch*, que aborda a gestão da água urbana integrado aos impactos sociais, econômicos e ambientais.

Na questão do meio ambiente, a rede Iclei, Governos Locais pela Sustentabilidade, é a mais antiga. Ela foi lançada como Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais em 1990, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. O Iclei “fornece informações, providencia treinamento, organiza conferências, facilita o intercâmbio entre cidades e a constituição de redes, executa pesquisas e projetos-piloto, além de prestar serviços técnicos e de consultoria”. Na temática de Mudanças Climáticas, essa rede tem desempenhado um papel relevante em propor soluções políticas para minimizar os efeitos do aquecimento global. **Curitiba/PR**, integrante do grupo de Ação Local pela Biodiversidade (LAB) promovido pelo Iclei, destaca, nesse sentido, o projeto desenvolvido na cidade de biodiversidade urbana – “Biocidades” – que foi apresentado em Bonn, Alemanha.

A importância das redes pode ser resumida nas palavras do responsável internacional de **Recife/PE**: “A ótica de Relações Internacionais perpassa não só a troca de experiência como a inserção do Município no cenário internacional, então a gente não pode evidentemente deixar de receber experiências e transmitir experiências nas áreas que nós temos”. A Secretaria de Relações Internacionais de **São Paulo/SP** reforça seu papel na construção e na manutenção de espaços de reflexão e na intensificação dos intercâmbios de práticas bem-sucedidas das gestões locais. Nessas redes, há a possibilidade de se debater e aprender com as experiências de políticas públicas exitosas que foram implementadas nas mais diversas cidades do globo.

TABELA 5: AS PRINCIPAIS REDES COM ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

	Flacma/CGLU	Metropolis	Mercocidades
Belém			X
Belo Horizonte		X	X
Camaçari			X
Campinas			X
Cascavel			
Curitiba			
Diadema			X
Florianópolis			X
Foz do Iguaçu			X
Guarulhos	X		X
Itu			
Itanhaém			
Jacareí			X
Jundiaí			
Maringá			X
Osasco			X
Porto Alegre		X	X
Recife			X
Rio de Janeiro			X
Salvador			X
Santa Maria			X
Santo André			X
Santos			X
São Bernardo do Campo			X
São Carlos			X
São José do Rio Preto			X
São Paulo		X	X
São Vicente			X
Suzano			X
Vitória			X

Fonte: elaboração própria.

Cideu	Cities for Mobility	Cidade Educadora	Iclei
X	X	X	X
X			
	X		X
	X		
	X		
	X	X	X
	X		
	X		X
X		X	
	X	X	X
		X	
		X	
		X	X
X	X	X	X
	X		
	X		X

3.1.4 Outras Ações Políticas

A fim de enquadrar aspectos da atuação internacional que, por ventura, estivesse fora das quatro dimensões de política, cooperação, promoção econômica e *marketing* urbano, criou-se um campo “outros”. Todavia, ao final da análise, observou-se que esses aspectos estão relacionados fortemente com uma postura política. Três foram os principais aspectos identificados: relações com representações diplomáticas e cerimonial; promoção cultural; e a solidariedade entre os povos.

Cascavel destaca, assim, a importância de Consulados de países estrangeiros no Brasil, principalmente da Espanha e do Canadá, como agentes fortes no que se refere à internacionalização do Município e ao reconhecimento de seu potencial para atuar em mercados mundiais. A Diretoria de Relações Internacionais de **São Vicente/SP**, dentro do seu eixo prioritário de buscar oportunidades em países e em Municípios do Mercosul, utiliza também essa estratégia de estreitamento de laços com representações diplomáticas presentes no Brasil – ação também enfatizada por outros Municípios como **Salvador/BA**, **Campinas/SP** e **São Bernardo do Campo/SP**, por exemplo, descrevem que em seu relacionamento com os Consulados em São Paulo, são divulgadas leis de incentivo à qualidade de vida da cidade como forma de capturar novas parcerias. No caso de **Foz do Iguaçu/PR**, as questões de terras e dos “brasiguaios” predominam no trabalho conjunto com as embaixadas presentes na cidade.

Vitória/ES e **Curitiba/PR** afirmam ainda visitar, em suas missões internacionais, as representações diplomáticas brasileiras fora do Brasil, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. Essa prática tem um efeito importante de fortalecer a cultura da atuação internacional dos Municípios, sendo essas representações um ponto de apoio para aspectos emergenciais ou colaborações futuras dentro desses países. Portanto, o recomendado é que os Municípios encaminhem um fax à Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentar (Afepa) informando o seu roteiro no exterior para que essas representações diplomáticas sejam informadas.

As secretarias do **Rio de Janeiro/RJ**, de **Curitiba/PR** e de **Foz de Iguaçu/PR** denominam-se como responsáveis por organizar o cerimonial de recepção das delegações estrangeiras com o apoio de outras secretarias, como a de turismo. Entre as ações internacionais de **Jundiaí/SP**, também houve a recepção de delegações diplomáticas e empresariais do Canadá, da Coreia do Sul, da China e da Alemanha. Enquanto em **Porto Alegre/RS** o tema da democracia participativa é o que mais atrai comitivas internacionais como a de Moçambique, em **Curitiba/PR** é o sistema de transporte coletivo que mais chama a atenção externamente.

Salvador também dá exemplo de eventos organizados na cidade em parceria com as embaixadas, tal como ocorreu no “Salvador – África” com os países como a África do Sul, Angola, Benin e Moçambique. Nesse sentido, a maioria das áreas internacionais dos Municípios analisados participou de marcos culturais como o “Ano da França no Brasil”, evento em que se observou inúmeros acontecimentos de valorização da multiculturalidade, independentemente da existência de irmanamento entre os Municípios. O que a comunidade mais ganha nesse tipo de ação é a ampliação da compreensão sobre os benefícios do convívio nas diferenças.

Atrelado a esses eventos, há também a conscientização da população sobre a importância da solidariedade internacional entre os Municípios – como bem exposto por **Osasco/SP** e **Curitiba/PR**. O comprometimento político em colaborar com o desenvolvimento de outros povos é o passo inicial para diversas atividades internacionais, desde as mais simples, como o irmanamento até as mais prolongadas como projetos de cooperação internacional de longo prazo. Essa é a principal justificativa que permeia as ações pelos países do norte, e o Brasil, com um desenvolvimento já avançado, precisa se adaptar a essa nova forma de ser visto externamente.

3.2 Cooperação Internacional

A Cooperação Internacional Descentralizada passa por um momento importante de reflexão no Brasil. O fato é que as agências bilaterais, aos poucos, têm retirado seus recursos do País; o governo federal tem limitado os empréstimos in-

ternacionais – afirmando não ser mais necessário a presença de organizações como o Banco Mundial –; e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem declarado aos demais parceiros que agora só prestamos cooperação.

Todavia, essa mensagem repassada pela União não é a mesma dos governos locais. A boa notícia é que as organizações internacionais já entenderam isso e, em certa medida, tem direcionado seus programas cada vez mais para os Municípios. É verdade que o Brasil é a sexta maior economia do mundo, mas esses recursos estão fortemente concentrados, a começar pelo orçamento retido na União. Os Municípios, sobretudo os das regiões Norte e Nordeste, têm forte apelo por recursos de desenvolvimento destinado à redução da pobreza.

De qualquer modo, as regiões Sul e Sudeste têm muito interesse em continuar a cooperação com os países desenvolvidos para aprimorar cada vez mais suas políticas públicas. Nesses casos, há uma relação mais simétrica, sendo o Brasil modelo de sucesso em várias políticas locais espalhadas em todo território nacional. Há muitas obras de infraestrutura que necessitam ainda de financiamento e, em alguns casos, as melhores condições estão nas agências financeiras internacionais.

A cooperação sul-sul tem sido um eixo central da atuação dos Municípios brasileiros. Abarcamos sim a ótica da cooperação prestada de que muito temos a ensinar, mas abraçamos ainda mais a perspectiva de que muito queremos aprender – com países com grau de desenvolvimento parecido com os do Ibas, até os com maiores fragilidades como os de língua portuguesa na África. Isso fica bem expresso na fala do representante de **Santa Maria/RS**: “a cooperação para nós é enxergada como uma via de duas mãos, tanto ‘tu aprende’ quanto ‘tu ensina’, então quando tem resultado do outro lado, a gente considera como resultado concreto”.

Recursos são investidos do próprio orçamento municipal, mas para ser incrementado necessita de maior participação do governo federal. O ideal é que os Municípios não tivessem de gastar tantos esforços para convencer setores da União do quanto suas atividades contribuem para a política interna e externa do país. Uma aposta que começa a ser desenhada com o governo francês é a cooperação trian-

gular, em que os dois países desenvolveriam projetos conjuntos com um terceiro.

Contudo, nem mesmo na relação bilateral conseguimos alcançar os resultados desejados. O embaixador então responsável pela área internacional do **Rio de Janeiro/RJ** assim afirma: “nós entramos muito firmes para ajudar cidades que têm proximidade cultural e histórica conosco, como Luanda, Maputo e Assunção, oferecendo ajuda técnica, mandando missões com técnicos nossos, e não tivemos resultados”.

Outra saída para os governos locais brasileiros talvez seja recorrer aos fundos de cooperação descentralizada financiada pelas próprias cidades do Norte. Há inclusive recursos destinados a projetos entre ONGs em que o governo local assume a função de interligação. Apesar desses desafios que vão exigir um reposicionamento, o que pode ser observado com esses 30 Municípios é que importantes avanços já foram alcançados.

3.2.1 Cooperação Técnica

A cooperação técnica pode ser dividida entre as celebradas com as agências internacionais (bilaterais ou multilaterais) e as diretamente realizadas com governos locais de outros países. Quando essas cooperações são direcionadas ao continente africano, geralmente utiliza-se a expressão *cooperação prestada* como forma de ressaltar o maior grau de assimetria entre os atores. Uma terceira categoria destacada nas entrevistas é a cooperação científica, ou seja, a firmada com universidades de outros países.

A Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida) foi uma das que mais aprovou projetos com os Municípios brasileiros. **Santo André/SP**, por exemplo, desenvolveu o Projeto de Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais (Gepam) de 1998 a 2004. Dentro da proposta de disseminação e multiplicação das experiências, esse mesmo projeto se estendeu para os Municípios de **Osasco/SP** e **Jacareí/SP** com o tema *Empreendedorismo e Cidadania*. Ou-

tro projeto que adota o princípio da disseminação é o “Novos Consórcios Públicos para Governança Metropolitana no Brasil”. Com duração prevista de 2006 a 2010, esse projeto já envolveu inúmeras das cidades entrevistadas, como **Belo Horizonte/MG**, **Recife/PE**, **Santo André/SP**, **Osasco/SP**.

Rio de Janeiro/RJ informou ainda um projeto com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para a instalação de veículos ligeiros sobre trilho, com destino à Barra da Tijuca e ao centro da cidade. Com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), **Salvador/BA** realizou uma semana de atividades dedicada à construção de capacidades para os gestores municipais que trabalham com o desenvolvimento de programas, projetos e ações em caráter social, econômico, ambiental, estrutural ou urbanístico.

No âmbito multilateral, a parceria mantida com a CITIES Alliance possibilitou à cidade de **Salvador/BA** desenvolver um projeto de Plano Diretor Urbano. Entre as atividades estavam o cadastramento e a regularização de habitações precárias nas áreas centrais e periféricas do Município. **Jacareí/SP**, com um projeto dentro da rede Urbal, aponta resultados como o Guia de Gestão pela Cidadania. **Belo Horizonte/MG**, também com esses recursos da União Europeia, implementou um projeto na área de telemedicina, denominado @LIS, que promoveu o prontuário eletrônico na rede municipal de saúde. A Comissão Europeia, já em outro contexto, financiou parte significativa do projeto “Santo André mais Igual” (na ordem de cinco milhões de Euros) que se juntou a outros recursos providos do BID, do governo brasileiro etc.

No eixo da cooperação descentralizada, dois programas já ganharam vias oficiais dentro da Presidência da República. A Agência de Cooperação dos Entes Locais (Acel) da Itália é responsável, assim, por coordenar o programa 100 Citta – citado por grande parte dos entrevistados. Nesse contexto, tanto **Suzano/SP** quanto **Osasco/SP** enfatizaram os intercâmbios na área urbanística. **Santa Maria/RS** conseguiu, ainda, no âmbito da cooperação com a Itália, um projeto que culminará em um milhão e duzentos mil reais para o desenvolvimento do turismo local.

A cooperação com a França talvez seja a mais institucionalizada do ponto de vista do envolvimento do governo federal. Nesse quadro, **Rio de Janeiro/RJ**, em parceria com Paris, implementou um projeto de restauração do centro histórico do bairro de São Cristóvão. Já a parceria entre a Prefeitura de **São Paulo/SP** (PMSP) e a Região Île de France (Crif), firmada em 2006, visa a atividades em áreas como Saúde e Cultura. Existem, assim, cinco projetos que pressupõem a concessão de recurso a fundo perdido por parte da Crif igual ou superior a contrapartida da PMSP. **Vitória/ES**, por sua vez, possui um acordo de cooperação com Dunkerque, no norte da França, que resultou no projeto “Portal Sul”, no qual se prevê ações para melhorias nas áreas de paisagismo, infraestrutura e mobilidade.

Parcerias entre prefeituras e associações estrangeiras podem ser observadas ainda no caso de **Santa Maria/RS** com a Umotest (que reúne 15 cooperativas de produtores de queijo e leite da França). Como a captação de recursos era de responsabilidade do Instituto de Planejamento Urbano de **Florianópolis/SC**, a área internacional dessa cidade fortaleceu os projetos sociais, como a visita à França de escolas de futebol infantil da rede municipal financiadas pelo clube de futebol francês (Saint-Etienne). O acordo de cooperação de **Recife/PE** com a cidade de Nantes, na França, resultou ainda em um financiamento, por parte da prefeitura francesa, para a construção de um Centro de Economia Solidária em uma favela recifense.

Além da França e da Itália, há uma forte relação com os países ibéricos europeus. A própria **Florianópolis/SC** mantém relação com um consórcio hospitalar da Catalunha/Espanha que colaborou na integração de deficientes visuais na sociedade. Com Portugal, **Santos/SP** assinou acordos de cooperação técnica com várias cidades portuguesas, um deles incluindo o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb).

As relações com os Estados Unidos também foram lembradas pelas cidades entrevistadas. **Rio de Janeiro/RJ**, nesse sentido, comentou a cooperação técnica com sua cidade-irmã, Atlanta, na administração do Hospital Ronaldo Gazola.

Campinas/SP, por outro lado, deu o exemplo da empresa municipal de saneamento básico (Sanasa) – em parceria com o USVA – órgão americano que trata da questão do lixo vinculada à dimensão social, econômica e política.

Da América Latina até os continentes mais distantes, os Municípios brasileiros avançam a sua cooperação trazendo resultados significativos. Enquanto **São Vicente/SP** tem um convênio educacional de cooperação técnica com a cidade de Naha, no Japão, que visa à capacitação de professores e de funcionários públicos, **Santos/SP** apresenta iniciativa semelhante com a cidade de Ulsan, na Coreia do Sul. Já o projeto de **São Paulo/SP**, “Mundo no CEU”, se volta para a formação dos adolescentes que estudam nos Centros Educacionais Unificados por meio de encontros com cônsules de vários países. O Cônsul do México, por exemplo, apreciou tanto esse projeto que levou a exposição sobre Frida Kahlo, preparada pelos próprios alunos do Centro de Educação Unificado (CEU), ao Memorial da América Latina e, posteriormente, ao seu país de origem.

O que se observa é que, apesar do ensino superior não ser uma competência municipal, há inúmeros projetos de cooperação científica que interliga as políticas públicas locais com universidades estrangeiras. O projeto de **Santo André/SP** com a Universidade de Turim trouxe, assim, benefícios na área urbanística – como a reurbanização de núcleos habitacionais –, além de intercâmbios de estudantes de pós-graduação. De modo semelhante, o relacionamento de **Diadema/SP** com Montreux, na França, viabilizou bolsas de estudo para alunos de nível superior e da pós-graduação. Com a Universidade de Tecnologia de Helsink, na Finlândia, a cidade de **Vitória/ES** tem focado suas negociações nas questões de *software* livre para a democratização do acesso aos meios eletrônicos de produção intelectual.

A cooperação científica não se limita, porém, às universidades nos países desenvolvidos, como se pode verificar abaixo. **São Vicente/SP**, com as cidades de Corrientes e Resistência – ambas situadas na Argentina – e com a Escola Latino-Americana de Medicina (Elam) em Havana/Cuba, mantém um intercâmbio entre universidades que fornece vagas nas áreas de Medicina e Ciências Econômicas aos

estudantes locais. A parceria de **Itanhaém/SP** com uma universidade chilena visa, por outro lado, ao ensino de alta tecnologia na área de engenharia.

A cooperação sul-sul se amplia ainda, dentro do princípio da solidariedade, com a cooperação prestada. Nesse sentido, **Diadema/SP** mantinha um projeto com Mali em parceria com o Vietnã, com a França e com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo o entrevistado deste Município, a motivação do projeto é apontada como “um símbolo também para mostrar [...] que o Brasil tem que ser um exportador de cooperação, não somente receptor”. **Vitória/ES** mantém também sua articulação com Angola que prevê melhorias nas áreas habitacional e de infraestrutura, em um projeto denominado “Terra Mais Igual”.

Portanto, o que configura a cooperação internacional é a existência de um projeto com início e fim, com objetivos claros a serem alcançados. Segundo o Secretário de Relações Internacionais de **Belo Horizonte/MG**, “os projetos [...] de cooperação [...] são projetos que permitem de uma forma mais aprofundada conhecer e aprender formas de gestão, políticas públicas que possam ser adaptadas e aplicadas à realidade local”. Nessa mesma linha, **Santo André/SP** aponta a implementação e o aperfeiçoamento de projetos como uma motivação, visto que essa contribui para a capacitação do pessoal.

Em relação à elaboração desses projetos, a Fundetec, em **Cascavel/PR**, explica: “nós escolhemos algumas cadeias produtivas prioritárias, [...] e aliamos aquilo que as cooperativas não dominam e aquilo que nós temos espaço pra avaliar tecnologicamente”. A ação conjunta com as indústrias de leite e queijo, por exemplo, possibilitou a melhoria de recursos humanos em termos tecnológicos. Isso fica claro nos novos fermentos encontrados para a produção de queijo suíço e no encontro de empresas que lidassem com problema dos resíduos finais da indústria.

Se não fossem os Municípios, grande parte desses temas abordados na cooperação descentralizada não teria a oportunidade de se desenvolver e inovar.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) precisa descobrir o potencial dessa atuação internacional, não só no âmbito da cooperação técnica prestada, mas também da cooperação recebida.

TABELA 6: PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS ENTREVISTADOS

Educação/Cultura
Inclusão social/digital
Meio Ambiente
Tecnologia
Comércio Exterior
Saúde
Urbanística
Turismo

Fonte: elaboração própria.

3.2.2 Cooperação Financeira (Captação de Recursos)

Mesmo que não seja a função de algumas das áreas entrevistadas – como no caso de **Florianópolis/SC** –, a captação de recursos, para a maioria dos Municípios, é o grande atrativo da atuação internacional. No Brasil, enquanto a Agência Brasileira de Cooperação é responsável pelos recursos direcionados à capacitação técnica, a Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento é a responsável pela cooperação financeira. A presente sessão focalizará neste último tipo de projeto, sobretudo na vertente dos empréstimos internacionais, embora se saiba que existam poucos recursos não reembolsáveis.

São Bernardo do Campo/SP afirma, assim, concentrar esforços do Município nas negociações com as instituições e os bancos internacionais. Com o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o financiamento foi utilizado para a transformação do viário da cidade. Já o Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC) foi responsável pelo financiamento do projeto de despoluição da represa Billings, conduzido pela Sabesp.

Porto Alegre/RS destaca também sua relação com o Bird, Fonplata, BID e a CAF. Só com esses dois últimos, atualmente o Município mantém um empréstimo de mais de 180 milhões para área de desenvolvimento urbano. O curioso é a informação de um projeto, firmado pela Secretaria de Educação com uma ONG Italiana, que teve como resultado a doação de 40 computadores. Esse tipo de doação não foi, todavia, contabilizado pela Seain.

Os últimos dados disponibilizados pelo Ministério do Planejamento chamam atenção para as doações. O Cities Alliance, por exemplo, ofereceu recursos para **Diadema/SP** e **Salvador/BA** na área de habitação. **Santos/SP** e **Rio de Janeiro/RJ** obtiveram valores mais expressivos, na ordem de US\$ 950.000 e US\$ 600.000 para as áreas de desenvolvimento urbano e transporte, respectivamente. **São Paulo/SP** conseguiu, por sua vez, recursos não reembolsáveis superior a 8 milhões de dólares para a área de desenvolvimento social.

O que geralmente os Municípios reclamam é a demora do processo, levando por vezes de três a quatro anos. **Rio de Janeiro/RJ** afirma, assim, que a área tem encontrado alguns obstáculos, como a restrição constitucional que obriga a cidade a trabalhar com o aval do tesouro nacional para a captação de recursos, o que acaba por limitar sua capacidade de ação. **Itanhaém/SP**, que é o único Município entre os analisados com população inferior a 100 mil habitantes, era impedido de buscar esse financiamento em razão de uma resolução da Comissão de Financiamento Externos (Cofix). Contudo, pareceres do Senado Federal já declararam inconstitucional essa resolução.

Entre os 30 Municípios analisados, apenas 14 possuíam no final de 2009 financiamento aprovado ou em negociação na Seain. O quadro a seguir ilustra essa situação:

TABELA 7: DADOS SOBRE FINANCIAMENTO

Município	Categoria	Instituição Financeira
Belém	Operação Reembolsável	BID
	Operação Reembolsável	BID
Belo Horizonte	Operação Reembolsável	BID
Curitiba	Operação Reembolsável	BID
	Operação Reembolsável	BID
	Operação Reembolsável	Fonplata
	Operação Reembolsável	AFD
Diadema	Doação	Cities Alliance
Florianópolis	Operação Reembolsável	Fonplata
Jundiaí	Operação Reembolsável	BID
Porto Alegre	Operação Reembolsável	CAF
	Operação Reembolsável	BID
	Operação Reembolsável	Fonplata
Recife	Operação Reembolsável	BIRD
	Operação Reembolsável	BID
	Operação Reembolsável	CAF
Rio de Janeiro	Doação	BID
	Operação Reembolsável	BID
Salvador	Doação	Cities Alliance
Santos	Operação Reembolsável	BIRD
	Doação	WB-JG
São Bernardo do Campo	Operação Reembolsável	BID
	Operação Reembolsável	BID
São Paulo	Operação Reembolsável	BID
	Doação	Comissão Europeia
	Operação Reembolsável	WB-IDF
Vitória	Operação Reembolsável	BIRD

Valor	Setor
U\$ 68.750.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 750.000	Saneamento
U\$ 46.500.000	Saneamento
U\$ 80.040.000	Transporte
U\$ 50.000.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 10.000.000	Habitação
U\$ 51.152.249	Desenvolvimento Urbano
U\$ 73.000	Habitação
U\$ 22.400.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 24.250.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 100.000.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 83.270.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 27.500.000	Habitação
U\$ 32.760.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 19.062.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 28.723.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 600.000	Transporte
U\$ 150.000.000	Desenvolvimento Urbano
US470.000	Habitação
U\$ 44.000.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 950.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 72.000.000	Transporte
U\$ 21.600.000	Saúde
U\$ 100.400.000	Desenvolvimento Urbano
U\$ 8.673.000	Desenvolvimento Social
U\$ 367.000	Reforma do Estado
U\$39.100.000	Desenvolvimento Urbano

Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seain/downloads/cofex_estados_municipios.pdf>.

3.3 Promoção Econômica Internacional

3.3.1 Comércio Exterior

O desenvolvimento econômico é a dimensão prioritária da diretoria em **Jundiá/SP**. Os incentivos e os suportes à exportação de produtores locais se dão via parcerias da prefeitura com outros órgãos, como a firmada com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Assim, em 2007, o Município sediou o 115º Encomex, que trouxe resultados positivos ao despertar o interesse do pequeno empresário em comércio exterior. O “Exporta São Paulo”, realizado em parceria com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), foi um evento com o intuito de informar o pequeno empresariado sobre os procedimentos de exportação e esclarecer que é possível haver exportação por meio de intermediários – ou seja, que não há necessidade de conhecer a burocracia da exportação, bem como outro idioma.

Na região do ABCD,⁵ uma das finalidades da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC⁶ é a coordenação dos Municípios para ações comuns. Segundo **São Bernardo do Campo/SP**, a Agência possui um Programa de Apoio à Exportação cujo propósito é “dar ênfase e promover a cultura de exportação na região. O objetivo do projeto é oferecer informações e dar apoio às iniciativas das pequenas e médias empresas que pretendem atingir o mercado externo com seus produtos e serviços”.⁷ **Santo André/SP** possui ainda um projeto complementar denominado “ABC para o Mundo”, que oferece apoio às exportações, fornece informações e orientações ao empresariado local.

5 O ABCD corresponde à região da Grande São Paulo que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

6 Além das cidades do ABCD, também são membros da Agência as cidades de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

7 Fonte: <<http://www.agenciagabc.com.br/noticias.asp?id=630&rel=630&classificacao=2>>. Acesso em: 16 de maio de 2009

O departamento internacional em **São José do Rio Preto/SP** age junto às Câmaras de Comércio para a promoção comercial. A estratégia de atuar junto ao setor privado para o alcance dos objetivos construiu uma relação forte de cooperação com o empresariado. O projeto “Sala de Negócios Internacionais” visa, nesse sentido, fomentar a exportação que, em dois anos, dobrou o número de empresas exportadoras da cidade.

O maior parceiro de **São Vicente/SP** é a Argentina, com a qual existem missões comerciais anuais com o envio e o recebimento de pequenos e micro empresários da cidade. A justificativa para a criação de um programa de auxílio às exportações veio da identificação de que esses pequenos empresários da cidade exportavam de forma descontínua. Isso levou, portanto, a uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para a capacitação e adequação das empresas locais.

A cidade de **Campinas/SP** também destacou sua parceria com o Mdic, com as câmaras de comércio e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre outros. A Secretaria de Cooperação Internacional participou também de uma missão diplomática e comercial nos Estados Unidos. O objetivo da missão foi estreitar relações, trocar informações e estabelecer novas oportunidades de negócios. Entre os pontos discutidos, está a possibilidade de o Estado de Nebraska se tornar a principal entrada nos Estados Unidos de exportações provinidas de **Campinas/SP**. Para isso, há uma proposta de criar uma linha de voo direta entre Viracopos e Ohama (maior cidade desse Estado americano).

Ainda que de maneira incipiente, o Município de **Itanhaém/SP** começa a explorar mais recentemente as oportunidades no comércio exterior. Houve um esforço, por exemplo, para a exportação de doce de banana para uma empresa chilena. No quadro elaborado abaixo sobre o *ranking* de exportação e importação, esse Município se encontra com os menores indicadores. Por outro lado, há Municípios que apresentam um posicionamento significativo, como **Belo Horizonte/MG**, que ainda não apresentam políticas nessa área.

Todavia, o que se observa é que grande parte dos Municípios entrevistados apresentam o tema da promoção econômica separado da de cooperação internacional. Em **Santa Maria/RS**, por exemplo, as áreas de economia, comércio exterior e relacionamento com empresários são deixadas a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em **Curitiba/PR**, uma agência de capital misto foi criada para promover, entre outras áreas, o comércio exterior.

O programa “Curitiba Exporta”, por exemplo, tem o objetivo de internacionalizar os processos de pesquisa e produção, oferecendo visibilidade internacional e promovendo a inovação como um dos principais vetores do crescimento e competitividade. Entre as ações previstas nesse programa estão a recepção de missões protocolares; a elaboração de agenda e prospecção de empresários parceiros para rodadas de negócio; a divulgação e o acompanhamento de missões internacionais de empresários brasileiros e a participação em feiras internacionais.

Do quadro sobre as importações e as exportações dos Municípios, nota-se um grande fluxo nas cidades portuárias (como **Camaçari/BA**, **Santos/SP**, **Vitória/ES**, **Rio de Janeiro/RJ**) e mesmo nas cidades com grandes aeroportos internacionais (como **Guarulhos/SP**). A região de São Paulo tem forte destaque como já era de se esperar. Além disso, capitais como **Florianópolis/SC**, **Recife/PE** e **Salvador/BA** apresentam uma importação muito mais significativa do que a exportação, gerando saldo negativo em suas balanças.

Análises como essa possibilitam a identificação do perfil municipal, a avaliação sobre o grau de internacionalização de suas empresas propicia diagnósticos a serem mais explorados em parcerias com os governos dos Estados e com o governo federal.

**TABELA 8: BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
POR MUNICÍPIO – 2009/SETEMBRO (SECEX)**

Município	Exportação		Importação	
	Valor US\$	Ranking	Valor US\$	Ranking
Belém	237.147.310,00	92	45.559.563,00	188
Belo Horizonte	358.027.656,00	63	460.125.087,00	49
Camaçari	1.280.190.619,00	17	1.425.615.172,00	17
Campinas	722.177.273,00	35	1.475.240.682,00	14
Cascavel	93.955.912,00	190	2.942.246,00	601
Curitiba	779.254.128,00	32	1.659.945.863,00	8
Diadema	152.989.071,00	132	290.055.065,00	71
Florianópolis	13.105.051,00	637	317.581.175,00	67
Foz do Iguaçu	94.358.483,00	187	76.463.630,00	147
Guarulhos	1.170.926.547,00	18	1.462.824.712,00	15
Itu	76.987.520,00	214	100.863.138,00	129
Itanhaém	0,00	1.802	4.130,00	1.493
Jacareí	193.118.744,00	111	278.379.412,00	73
Jundiaí	357.389.150,00	64	800.063.936,00	27
Maringá	759.749.160,00	33	135.879.088,00	105
Osasco	120.348.058,00	154	404.172.963,00	59
Porto Alegre	1.145.683.467,00	19	664.364.526,00	34
Recife	73.274.822,00	226	317.014.834,00	68
Rio de Janeiro	2.402.909.975,00	7	2.702.715.878,00	4
Salvador	96.079.113,00	183	307.199.221,00	70

Santa Maria	10.282.138,00	689	31.122.252,00	234
Santo André	427.468.222,00	54	364.963.722,00	61
Santos	2.652.026.449,00	6	415.840.028,00	56
São Bernardo do Campo	2.076.349.650,00	9	1.494.009.107,00	13
São Carlos	220.591.291,00	100	92.483.547,00	135
São José do Rio Preto	31.168.409,00	398	20.077.489,00	284
São Paulo	4.406.543.496,00	1	6.677.546.237,00	1
São Vicente	5.026.618,00	837	18.866.951,00	291
Suzano	335.296.431,00	73	496.649.928,00	44
Vitória	1.647.607.348,00	13	2.738.732.475,00	3

Fonte: Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>.

3.3.2 Atração de Investimento Externo Direto

O levantamento de dados estatísticos, a disponibilização de informação aos empresários, os incentivos fiscais, as boas políticas públicas capazes de oferecer infraestrutura e, sobretudo, qualidade de vida oferecida para os futuros moradores são formas de a prefeitura atuar na atração de investimentos externos diretos. Os resultados dessa atuação poderão ser observados nas experiências dos Municípios expostas abaixo.

A Secretaria Internacional de **São Paulo/SP**, por exemplo, buscou ampliar suas ações de promoção do desenvolvimento econômico da cidade auxiliando empresários estrangeiros que chegam à cidade com o objetivo de se estabelecer e também atuando externamente com o objetivo de atrair novos investidores para a cidade. A Secretaria Internacional de **Salvador/BA**, de modo semelhante, participa de inúmeras feiras de negócios, organiza reuniões bilaterais nos EUA, na Europa e na China, além de receber missões de investidores estrangeiros. Essas duas cida-

des participaram da Feira Internacional de Barcelona, *Meeting Point*, oferecendo as qualidades locais aos investidores internacionais.

Campinas/SP tem atuado mais na atração de novas empresas localizadas no pólo tecnológico denominado Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (Ciatec). Há também leis de incentivo, dados estatísticos e demais vantagens do Município disponibilizados em um portfólio que é divulgado para cidades-irmãs e consulados. Como resultados diretos, estão os investimentos obtidos no aeroporto internacional, a instalação de uma empresa de cosméticos, além da negociação do projeto de trem que ligará **Campinas/SP** ao **Rio de Janeiro/RJ**, passando por **São Paulo/SP**. O trabalho conjunto com a Secretaria de Trabalho permite ainda que capacitações sejam focadas em demandas específicas que surgem com o pedido de instalação de uma nova empresa.

São Carlos - SP aponta como maior resultado alcançado pela Coordenadoria de Relações Internacionais o projeto realizado na rede 13 do URBAL, coordenado por Gijón, na Espanha, que consistia em um projeto de infra-estrutura de apoio ao empresariado. Nesse sentido, foi desenvolvido um portal com todas as informações necessárias para a instalação de empresas na cidade que era, ao mesmo tempo, facilitador para as empresas que já estavam no Município, simplificando, por exemplo, a emissão de documentos e impostos.

Itanhaém/SP também indica a atração do investimento externo direto como um dos seus eixos prioritários, sobretudo no que tange à atração de alta tecnologia. Para tal, contatos foram realizados com uma empresa chilena de manutenção de indústrias petrolíferas, juntamente com a Fiesp e a Petrobras, para a instalação de uma nova filial na cidade. Negociações também foram feitas com uma distribuidora de salmão para que essa também viesse a abrir outra filial.

Entre os programas e as ações da Agência de **Curitiba/PR** para atração e manutenção de Investimentos estão o Curitiba Tecnoparque (com os projetos “Lapidando Talentos” e “Parque de *Software*”), o “ISS Tecnológico” e o “Polo Logístico”. Como resultados dos programas, obtidos entre 2005-2008, temos mais de 27

milhões de solicitações liberadas, 10,5 milhões de contrapartidas oferecidas pelas 157 empresas incentivadas, mais de 1.932 empregos gerados diretos e uma variação no crescimento do faturamento dessas empresas de quase 20%. Políticas como essas no âmbito nacional incentivam novas empresas estrangeiras a se instalarem no Município.

Várias outras ações poderiam ser enfatizadas aqui, como o caso de Suzano, que venceu uma licitação internacional para a implementação de uma universidade portuguesa no Município. No evento, realizado em **Campinas/SP**, em parceria com a Confederação Nacional de Municípios, um dos destaques presentes em quase todas as apresentações foi o potencial de lazer na cidade (como a presença de teatros, ciclovias, parques etc.) na atração de investimentos – afinal os empresários estão escolhendo locais onde irão morar. Casos como este deixam claro o papel dos Municípios nessa área de promoção econômica. Contudo, a organização do evento em **Campinas/SP** demonstrou que, de modo geral, esse tipo de atuação é quase exceção entre as cidades brasileiras.

3.3.3 Turismo Internacional

A promoção turística é outro tema abordado na atuação internacional dos Municípios. Segundo o Ministério do Turismo, a Argentina lidera a *ranking* de países emissores de turistas para o Brasil, seguida de Estados Unidos, Itália, Alemanha, Chile e Portugal. O que os dados ainda demonstram é que os turistas provindos dos países trans-fronteiriços têm crescido significativamente. A América do Sul representa, ao todo, 40% da emissão de turistas para o nosso País.

A atuação internacional de **Foz do Iguaçu/PR** é em grande parte reflexo de sua situação geográfica – já que se situa em uma tríplice fronteira entre Argentina e Paraguai – e com elevado potencial para o turismo internacional. Considerando essas características, o responsável pela área internacional declarou: “uma cidade como Foz do Iguaçu tinha que ter uma secretaria internacional”. Figuram entre

as atividades da área a recepção de comitivas e a atração de eventos internacionais. Além disso, junto à secretaria de turismo, há a produção de vídeos, *sites*, publicações em outros idiomas como inglês, espanhol e alemão.

Santa Maria/RS também destaca o turismo de Fronteira e a necessidade de resolver problemas relacionados ao trânsito de pessoas nas fronteiras secas da América do Sul. A feira de economia solidária da cidade, por exemplo, dobrou o número de países participantes e passou a ser latino-americana.

Para **Belém/PA**, o turismo, unido ao desenvolvimento sustentável, emerge como dimensão de grande importância dada à localização na Amazônia. Um dos objetivos da área internacional é incluir o Município na rota dos grandes transatlânticos, o que fortaleceria ainda mais o turismo. Isso fez a cidade estreitar as relações com Suriname.

A motivação da Copa do Mundo levou **Belo Horizonte/MG** a firmar parcerias com o colégio americano da cidade, com a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos e com o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (Icbeu). Para 2014, serão necessários profissionais qualificados em um segundo idioma. O Município tem conseguido ainda atrair inúmeros eventos no tema da cooperação descentralizada como o Encontro Franco-Brasileiro, o II Fórum de Brasil-Itália e o Congresso Mundial do Cideu, entre outros.

A cidade do **Rio de Janeiro/RJ**, que traçou a meta de captar a maior quantidade de eventos internacionais, tem conseguido excelentes resultados. Depois de trazer o Fórum Urbano Mundial das Nações Unidas, ser selecionada para sediar a Copa do Mundo de Futebol e promover uma série de outros eventos menores, a cidade conseguiu vencer na escolha das Olimpíadas 2016.

TABELA 9: RANKING ICCA 2008

Ranking ICCA 2008	Municípios
12	São Paulo
36	Rio de Janeiro
120	Foz do Iguaçu
	Porto Alegre
	Salvador
153	Belo Horizonte
202	Florianópolis
	Recife
265	Campinas

Fonte: International Congress and Convention Association.
Disponível em: <<http://www.iccaworld.com/dcps/doc.cfm?docid=876>>.

O *ranking* do ICCA traz nove cidades entre as 30 analisadas. O mais interessante é observar o crescimento das cidades brasileiras. **São Paulo/SP**, por exemplo, saiu de 62 eventos em 2007 para 75 em 2008. Vale lembrar que os critérios para a contagem desses eventos são bem específicos, tendo as cidades promovido muito mais encontros internacionais. Dessa forma, o projeto “Campus Party Brasil” trouxe para a capital paulista o maior evento de entretenimento eletrônico em rede do mundo em fevereiro de 2008.

Demais Municípios, a exemplo de **Camaçari/BA**, apontaram ainda outras atividades como o estímulo à participação em feiras internacionais de turismo, como a produção de material promocional distribuído nos encontros e a inclusão da cidade em rotas internacionais via agências de turismo.

3.4 Marketing Urbano Internacional

O tema do *marketing* urbano internacional talvez seja o mais transversal com as demais dimensões. A atenção que tem recebido atualmente fez com que um espaço à parte fosse reservado para melhor detalhamento. Entre as estratégias, incluem-se a participação em feiras internacionais, a premiação por políticas locais e mesmo a construção da marca da cidade.

Porto Alegre/RS, nesse contexto, recebeu uma menção especial no Congresso Mundial da Rede *Metropolis*, realizado em Sidney, graças a um projeto de reassentamento de uma comunidade de pessoas carentes. **Camaçari/BA** indicou também para a premiação no México do projeto “A Cidade do Saber” – um aparelho de inclusão social e cultural que trouxe um marco urbanístico europeu, além de atrair visitas oriundas do Uruguai, do Paraguai, da Argentina, da Espanha e dos Estados Unidos. O projeto “Santo André Mais Igual”, por outro lado, foi designado pelo UN-Habitat como uma das melhores práticas do ano 2002 no âmbito mundial.

Em relação às feiras internacionais, as cidades de **Porto Alegre/RS** e **São Paulo/SP** foram aprovadas para participar da edição de 2010 da World Expo, em Xangai/China. O tema “Better City, Better Life” (Cidade Melhor, Vida Melhor) fez com que a capital paulista candidatasse a Lei Cidade Limpa para a Expo Xangai. De acordo com a Secretaria Internacional de São Paulo, o evento é uma importante plataforma para demonstrar as experiências obtidas com a implantação de projetos, aprimoramento às relações internacionais e uma excelente oportunidade para promover um frutífero intercâmbio de ideias inovadoras entre a cidade de São Paulo e órgãos internacionais. **Porto Alegre/RS** destaca, ainda, a obtenção de trezentos mil dólares da organização da feira para que participasse com o tema “Governança e Meio Ambiente”

Guarulhos/SP destacou por várias vezes que a motivação central na formulação de projetos internacionais é o desejo de tornar a cidade reconhecida nacional e internacionalmente, construindo a “marca da cidade”. **Curitiba/PR** também

reforçou essa “busca por uma identidade internacional cada vez maior pra cidade”. **Porto Alegre/RS** também aproveita a fama do orçamento participativo para construir uma marca que hoje é conhecida em todo mundo.

A Semana de **São Paulo/SP**, em Tóquio, em razão dos cem anos da imigração japonesa, foi uma forma também de a cidade ganhar visibilidade nessa importante parte do continente. Uma série de eventos culturais e esportivos foram organizados na capital japonesa como a mostra de cinema paulistano, a exposição de cerâmica da artista plástica nipo-descendente Kimi Nii e o desafio internacional de Judô.

Salvador/BA desenvolve ainda várias estratégias para manter os contatos internacionais. Uma delas é o boletim mensal da secretaria que divulga uma série de informações sobre a cidade. Famosa por seu carnaval, a prefeitura organiza também, nesse período, um camarim para seus parceiros internacionais conhecerem um pouco da alegria desse povo.

O que se observa no geral é o crescimento do interesse do mundo pelas cidades brasileiras – em certa medida fruto do trabalho dessas áreas que aos poucos vão assumindo postos de representação em diversos espaços internacionais.

3.5 Observações finais do capítulo

Ao repassar tais informações disponibilizadas pelos 30 Municípios entrevistados, espera-se estimular novas formas de atuação internacional, cada vez mais efetiva e comprometida com os interesses públicos. Os comentários finais sobre os anseios e os resultados desses Municípios brasileiros podem ser sintetizados nas palavras dos responsáveis internacionais de **Campinas/SP** e **Jacarei/SP**.

A primeira motivação em internacionalizar é transformá-la em uma cidade global. Segundo, é atender as demandas através de novas ideias, de novas oportunidades que surgem somente quando uma cidade procura por isso[...].

O que a gente percebe é que Jacareí começa a ter um perfil internacional, fica conhecida, [...], nós conseguimos modificar (a imagem da cidade) em nível nacional e agora até em nível internacional.

Osasco relembra ainda que a Coordenadoria Internacional é um órgão intermediário que faz o trabalho de articular as demais secretarias, ou seja, não é o realizador final dos projetos. O reconhecimento desse papel integrador estimula o compartilhamento dos resultados com toda a prefeitura. **Curitiba/PR** reforça essa ideia afirmando que:

No início das atividades internacionais, havia certa falta de entendimento das outras secretarias, mas aos poucos tem sido consolidada a identidade institucional da Secretaria Internacional, que só tem conseguido atingir seus objetivos graças a parceria com as outras secretarias do Município.

Por fim, **Camaçari/BA** enfatiza que, nesse trabalho de articulação, há muita demanda na parte de logística às viagens dos gestores municipais e da organização de eventos. Sendo assim, o aprimoramento das missões externas e o cerimonial de internacionais fazem parte também dos resultados das áreas internacionais.

4. Gestão Governamental

Após aprofundar a compreensão sobre as ações internacionais dos Municípios, passamos a analisar as condições em que essas atividades foram desenvolvidas na gestão passada. O parâmetro central é avaliar qual é a autonomia de gestão para que esses resultados possam ser alcançados. A presente sessão será dividida em quatro partes. A primeira analisará o *status* governamental, ou seja, qual relevância no organograma é dada para a área e a qual órgão essa área está vinculada diretamente. A segunda parte abordará a qualificação e o número de profissionais designados para a atuação internacional. A autonomia financeira indicará os Municípios que contam com orçamento próprio e o quanto isso é vantajoso. Por fim, as principais dificuldades apontadas pelos responsáveis serão analisadas conjuntamente.

4.1 Status Governamental

Diferentes arranjos institucionais podem ser observados nas áreas internacionais dos Municípios: desde secretarias e assessorias, os mais comuns, até conselhos, órgãos extraordinários e fundações. No total, 13 áreas possuem *status* de secretaria – quase metade das cidades que contam com estrutura voltada para a atuação internacional. O segundo lugar é ocupado pelas coordenadorias e pelas assessorias – presentes em cinco Municípios cada –, seguidas das diretorias, as quais estão em quatro Municípios. Por fim, há os casos específicos que devem ser analisados à parte.

A Secretaria Municipal de Relações Internacionais do Município de **São Paulo/SP** foi criada em junho de 2001 pela Lei 13.165 e se reporta diretamente ao Gabinete do prefeito. No caso do Município de **Santa Maria/RS**, uma Assessoria de Relações Internacionais foi criada em 2001, tendo atuado vinculada ao Gabinete do prefeito até o ano de 2004. Com a criação da Secretaria de Captação de Recursos e Relações Internacionais, ganhou a área maior autonomia, tendo sido leva-

da junto aos projetos estratégicos do Município. Essa é a mesma nomenclatura que recebe a área em **Porto Alegre/RS**.

Em **Belo Horizonte/MG** também houve modificações no *status* da área ao longo de sua atuação. Em 1995, criou-se a Assessoria de Relações Internacionais. Quatro anos depois, foi instituída uma Gerência de Relações Internacionais, substituída em 2005 pela Secretaria-Adjunta de Relações Internacionais – vinculada atualmente à Secretaria de Governo. Em **Curitiba/PR** e **Salvador/BA**, as Secretarias Internacionais possuem esse mesmo caráter extraordinário da capital mineira, não possuindo ainda estrutura formal ou *status* de Secretaria. Contudo, em ambos os casos, o órgão está diretamente ligado ao Gabinete do prefeito.

Em **Camaçari/BA**, a área surgiu como Coordenação de Relações Internacionais, e estava ligada à Secretaria de Desenvolvimento. Após seis meses de trabalho, adquiriu também esse *status* de Secretaria Particular em Relações Internacionais, reportando-se diretamente ao prefeito. Em **São Bernardo do Campo/SP**, também há o *status* de secretaria, embora assuma outras responsabilidades institucionais como o relacionamento com outras esferas de governo (estadual e federal).

Rio de Janeiro/RJ possui uma Coordenadoria de Relações Internacionais ligada ao Gabinete do prefeito. A área internacional em **Recife/PE** foi criada como uma assessoria também vinculada ao Gabinete do prefeito. No início da gestão 2004-2008, essa transformou-se em uma coordenadoria. Até o momento da entrevista, ela estava subordinada à Secretaria de Gestão Estratégica e Comunicação Social. **Jacareí/SP** é outro exemplo que dispõe de uma Coordenação de Relações Internacionais, inserida na Escola de Desenvolvimento do Servidor Público. Se por um lado a escola se reporta à Secretaria de Administração, a Coordenação de Projetos Internacionais está subordinada à Secretaria de Assistência Social.

Santo André/SP conta com uma Diretoria de Relações Internacionais. Essa configuração, no entanto, foi alcançada após modificações institucionais pelas quais passou a área. Em 1997, foi criada a Assessoria Internacional do Gabinete do prefeito – que se transformaria em Secretaria de Relações Internacionais e Capta-

ção de Recursos no ano de 2001. Em 2003, em decorrência da fusão dessa secretaria com a Secretaria de Geração de Trabalho e Renda, ganhou o *status* de Diretoria, o que acarretou uma diminuição dos Recursos Humanos.

Não houve modificação no *status* da área internacional de **Suzano/SP**, mas sim em sua vinculação. A repartição do Município tem *status* de Diretoria e, quando criada, em 2005, estava ligada diretamente ao Gabinete do prefeito. Em 2006, no entanto, após uma reestruturação administrativa, foi criada a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, órgão ao qual a Diretoria passou a se reportar.

Podem-se observar também diferentes modos de estruturação das atividades internacionais municipais, com arranjos particulares. Esse é o caso de **Belém/PA**, cuja assessoria está diretamente ligada à Companhia de Desenvolvimento e Administração da área Metropolitana de Belém (Codem), uma S/A do Município. Os projetos, as parcerias e os pactos de amizade são propostos ao prefeito, a quem cabe a decisão de aprová-los ou não. Havendo a aprovação pelo prefeito, dá-se automaticamente continuidade aos projetos. Caso semelhante se verifica em **Cascavel/PR**, onde a área internacional foi criada dentro da Fundetec, que tem um formato de autarquia.

O Conselho Internacional em **Itanhaém/SP**, por sua vez, foi elaborado segundo o modelo já existente desde 2003 em Miami, Florida/USA denominado “Mayor’s International Council” e é composto por dois comitês: de Comércio Internacional e de cidades-irmãs. **Jundiaí/SP**, apesar de se estruturar na forma de uma Diretoria de Cooperação Internacional, também possui o Conselho Municipal de Relações Internacionais (CMRI) instituído pela Lei nº 6.625, de 2005. Com 20 (vinte) membros entre titulares e suplentes. O Conselho é um órgão consultivo paritário aonde metade de seus integrantes é da sociedade civil, e a outra da Administração Pública.

O que se observa é que não há uma regra sobre a melhor forma de estruturar a área internacional. Isso depende muito do perfil dos técnicos e da própria cidade. Quando questionado se não havia interesse em transformar a coordenadoria em se-

cretaria, o responsável internacional do **Rio de Janeiro/RJ** afirmou que a secretaria, no caso, é ligada ao gabinete do prefeito. Não há interesse em mudar essa posição, porque ao converter essa coordenadoria em secretaria seria igualar aos outros secretários e, já atuando dentro gabinete, há mais força do prefeito para atuar junto à cultura, à educação, ao desenvolvimento científico-tecnológico, enfim, às várias áreas que têm interações com o mundo externo.

TABELA 10: STATUS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Município	Status	Total
Diadema	Assessoria	4
Florianópolis		
Santos		
Vitória		
Cascavel	Autarquia	2
Belém	Companhia S/A	
Itanhaém	Conselho	1
São José do Rio Preto	Departamento	
Jundiaí	Diretoria	4
Santo André		
São Vicente		
Suzano		
Jacareí	Coordenadoria	5
Osasco		
Recife		
Rio de Janeiro		
São Carlos		

Município	Status	Total
Camaçari	Secretaria	13
Campinas		
Foz do Iguaçu		
Guarulhos		
Itu		
Santa Maria		
Maringá	Secretaria (Conselho)	
Porto Alegre	Secretaria de Relações Internacionais	
São Bernado do Campo		
Curitiba	Secretaria Extraordinária	
Salvador		
São Paulo	Secretaria Municipal	
Belo Horizonte	Secretaria-Adjunta	

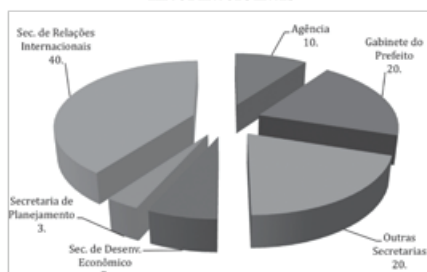
Fonte: elaboração própria.

O estudo do Observatório da Cooperação Descentralizada, lançado na *XII Marcha*, trouxe enfoque maior sobre a vinculação das áreas internacionais com outros órgãos. Depois das Secretarias de Relações Internacionais, verifica-se estruturas ligadas dentro do Gabinete dos prefeitos. Entre as outras secretarias, a secretaria de desenvolvimento econômico é a que mais se destaca. Sugere-se, assim, a leitura do referido guia para ampliar o entendimento sobre o *status* governamental das áreas internacionais nos Municípios.

Os casos mais recorrentes são a presença no próprio gabinete do prefeito e na secretaria de desenvolvimento econômico.

Na opção “outras secretarias”, foram citadas as pastas de turismo, cultura, governo, gestão, etc. Dependendo do órgão que abriga a estrutura internacional do Município é possível perceber qual o enfoque que o governo local dá à sua atuação internacional. Já na opção “agência”, percebemos uma estrutura mais ou menos autônoma da burocracia com vistas ao desenvolvimento municipal ou regional.

Status governamental das áreas internacionais



60

Coletânea Cooperação Internacional Municipal
Confederação Nacional de Municípios – CNM

Fonte: Observatório da CNM – livro

4.2 Autonomia Financeira

Independentemente do *status* da área, no entanto, o que se verifica é que, no geral, há um baixo grau de autonomia financeira para o desenvolvimento das atividades. Isso porque a maioria não possuía rubrica ou orçamento próprio. Apenas 12, entre os 30 Municípios analisados, possuem verbas próprias.

Dessa forma, constituem exceções a esse quadro geral as repartições de **São José do Rio Preto/SP** e **Santo André/SP**, que dispõem de um orçamento anual em média de R\$100.000, **Guarulhos/SP** (R\$ 400.000 anuais), **Campinas/SP** (R\$ 4 milhões anuais) e **São Paulo/SP** (em torno de R\$ 9 milhões).

O orçamento atual de **Santo André/SP**, no entanto, não é constante desde a criação da área. No início de seus trabalhos, como assessoria, não havia orçamento próprio, estando sua verba ligada à do Gabinete do prefeito. Com a transformação em secretaria, a área passou a ter recursos rubricados especificamente para relações internacionais e para os projetos, o que se manteve com a criação da Diretoria de Relações Internacionais.

TABELA 11: DADOS SOBRE ORÇAMENTO PRÓPRIO PARA ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Município	Possui Orçamento Próprio	Total
Belo Horizonte	X	18
Camaçari	X	
Curitiba	X	
Diadema	X	
Florianópolis	X	
Itanhaém	X	
Jacareí	X	
Jundiaí	X	
Maringá	X	
Recife	X	
Rio de Janeiro	X	
Salvador	X	
Santos	X	
São Bernardo do Campo	X	
São Carlos	X	
São Vicente	X	
Suzano	X	
Vitória	X	

Município	Possui Orçamento Próprio	Total
Belém	√	12
Campinas	√	
Cascavel	√	
Foz do Iguaçu	√	
Guarulhos	√	
Itu	√	
Osasco	√	
Porto Alegre	√	
Santa Maria	√	
Santo André	√	
São Paulo	√	
São José do Rio Preto	√	

Fonte: elaboração própria.

Vale ressaltar ainda que, embora **Guarulhos/SP** conte com um dos maiores orçamentos entre as áreas internacionais dos Municípios pesquisados, sua estrutura é enxuta, se comparada com as demais secretarias do Município. Mesmo assim, aproximadamente 75% de seus recursos são gastos com pessoal. Não é surpresa verificar ainda o orçamento de **São Paulo/SP** com a maior média anual. Pelo Portal da Transparência, atitude louvável da cidade, é possível verificar os gastos da área internacional. Em 2009, até novembro, já tinha sido gasto quase 8 milhões de reais. Destes, apenas 305 mil foram gastos com passagens e despesas com locomoção.

No caso de **Belém/PA**, cabe observar que os recursos disponíveis à assessoria proveem do próprio Codem, a que a área internacional está atrelada. Tal arranjo excepcional acaba por fazer com que a área possua um orçamento próprio. **Cascavel/PR** também se apresenta como um caso digno de nota, tendo em vista a proveniência dos recursos de sua área. A Fundação onde se encontra a área internacional recebe um orçamento do Município, que corresponde atualmente a 10% do total. Os outros 90% das verbas disponíveis para a fundação proveem de projetos com parceiros, como o Sebrae, a CNI, o CNPq e o Fiesp.

Do contrário, a área internacional de **Itanhaém/SP** é um exemplo dos que não possuem orçamento próprio, dependendo da aprovação da Câmara de Vereadores para a disponibilização de recursos. Além disso, seus membros não são remunerados e rubricas pontuais são cedidas pelo prefeito para viagens. Já em **Suzano/SP**, a rubrica da diretoria provém da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Quando se trata de captação de recursos, no entanto, as rubricas são das secretarias interessadas: se a diretoria capta recursos para a área de saúde, por exemplo, então será a Secretaria de Saúde a responsável pelas despesas das ações tomadas.

Por fim, nota-se que o predomínio de Secretarias Internacionais não se traduz, necessariamente, em uma maior autonomia. Isso acaba refletindo no aparato técnico das áreas que dispõem, geralmente, como demonstrado a seguir, de uma estrutura enxuta, com poucos recursos e funcionários. O responsável pela área internacional do **Rio de Janeiro/RJ** afirma, porém, que a falta de orçamento definido não é um limitador. Ao contrário, esse fato cria a necessidade de toda atuação internacional se adequar aos interesses políticos definidos pelo prefeito.

4.3 Qualificação e número de mão de obra

No que se refere à mão de obra, nota-se que a maior parte das áreas responsáveis pela atuação internacional dos Municípios analisados dispõe de uma estrutura enxuta, com pequeno número de funcionários. Na maioria das cidades (20, no total), o número de funcionários está na faixa de dois a seis funcionários – entre secretários, coordenadores, diretores e chefes de departamento, técnicos e estagiários.

Os casos de **São Paulo/SP** e **Rio de Janeiro/RJ** são exceções. **São Paulo/SP** afirmou contar com 38 funcionários, e o **Rio de Janeiro/RJ**, com 15, cabendo observar, no entanto, que a maioria concentra-se na área de cerimonial. A coordenação do Município possui cinco setores: 1) relações internacionais; 2) cerimonial; 3) contabilidade; 4) arquivo; e 5) tradução. Nessa divisão, a área de relações

internacionais é responsável pela condução das relações do Município com outras cidades e países, além da prospecção de oportunidades, enquanto o cerimonial responsabiliza-se pela recepção de delegações e organização de eventos internacionais. Além disso, há uma equipe que trabalha na tradução das principais notícias de periódicos de outros países, sendo as traduções realizadas distribuídas ao prefeito e a outros funcionários.

TABELA 12: CARACTERÍSTICAS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Município	Número de Pessoas	Qualificação Mão de Obra	Total
Florianópolis	2	1 assessor, 1 estagiário	4
Jundiaí		2 diretores	
Itu		1 secretário, 1 diretor	
Santos		1 assessora, 1 assistente Técnica	
Belém	3	Presidente Codem, 1 diretor, 1 estagiário	4
Cascavel		3 funcionários,	
Diadema		1 assessor, 2 técnicos	
Jacareí		1 diretora, 1 Gerente, 1 assistente Geral	
Curitiba	4	1 diretor, 3 assessores, 1 estagiário	5
Guarulhos		1 diretor, 3 assistentes	
São Bernardo do Campo		secretário, 1 secretária e 2 assistentes	
São Vicente		1 diretor, 2 estagiários e 1 assessor	
Suzano		diretor, 1 assistente, 2 estagiários	

Município	Número de Pessoas	Qualificação Mão de Obra	Total
Itanhaém	5	5 conselheiros	3
Porto Alegre		secretário, 2 técnicos, 2 estagiários	
São José do Rio Preto		Chefe do Departamento, 2 estagiárias, 1 secretária, 1 funcionário de carreira	
Camaçari	6	1 secretário, 2 assessores, 1 Secretária, 2 estagiários.	4
Osasco		1 coordenador, 2 chefes de divisão, 2 chefes de sessão, 1 secretária.	
São Carlos		2 assessores, 4 técnicos	
Vitória		3 assessores, 1 assistente administrativo, 2 estagiários	
Salvador	7	1 secretário, 4 coordenadores, 2 estagiários	1
Recife	8	1 coordenador, 4 técnicos, 3 assessores	3
Santo André		1 diretor, 1 assistente do diretor, 2 cargos elevados, 1 administrativo, 1 secretária, 2 estagiários.	
Santa Maria		1 secretário, 1 diretor-geral, 6 funcionários	
Belo Horizonte	10	1 secretário, 1 chefe de gabinete, 1 gerência, 4 assessores, 1 secretária auxiliar, 2 estagiários	2
Foz do Iguaçu		1 secretário, 2 diretores, 7 assessores	

Município	Número de Pessoas	Qualificação Mão de Obra	Total
Campinas	14	1 secretário, 1 diretor, 5 assessores, 2 secretárias, 4 estagiários, 1 aprendiz	2
Rio de Janeiro	15	Relações Internacionais, Cerimonial, Contabilidade, Arquivo e Tradução.	
São Paulo	38	19 assessores técnicos, 10 assessores administrativos, 9 estagiários	1
Maringá	-	Empresa privada de consultoria	1

Fonte: elaboração própria.

Campinas/SP é outro Município que chama atenção pelo número de integrantes, tendo informado 14 funcionários. Já **Foz do Iguaçu/PR** dispunha de uma secretaria com 10 funcionários. Como trabalha em conjunto com a Secretaria de Turismo, que conta com 70 funcionários, a Secretaria de Assuntos Internacionais eventualmente é apoiada por essa repartição. **Belo Horizonte/MG** também apresentava 10 funcionários em que se destaca a prática em receber estagiários estrangeiros para compor a equipe.

Em **Salvador/BA**, a área internacional contava em 2008 com um secretário em caráter extraordinário e quatro coordenadores, responsáveis pelas seguintes repartições: 1) relacionamento bilateral da cidade, tanto com cidades-irmãs quanto com representações diplomáticas; 2) área multilateral; 3) redes de cidades; e 4) agências de cooperação. Além disso, cada coordenação conta com um ou dois estagiários, cuja seleção é feita pelos respectivos coordenadores e aprovada pelo secretário.

Em **Itanhaém/SP**, a divisão de funções é também bem estabelecida, o que não é a prática na maioria dos Municípios. Há, na área, cinco conselheiros, três membros no comitê de cidades-irmãs e três no comitê de comércio exterior. Além disso,

o conselho conta com o apoio de funcionários de outros departamentos, a quem se pode recorrer na busca por informações úteis à repartição. Já em **Maringá/PR**, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codem) do Município não possui funcionários próprios destinados à área internacional, sendo essa função executada por uma empresa privada de consultoria.

Quanto à qualificação, percebe-se um alto grau de especialização na maioria dos Municípios. Em geral, os funcionários possuem curso superior na área de Relações Internacionais, Direito e Economia, ou experiência prévia na área. No total, 18 cidades contam com ao menos um funcionário formado em Relações Internacionais, enquanto onze dispõem de servidores graduados em Direito. Administração, Turismo, Letras, Pedagogia e Comércio Exterior são áreas de formação também observadas.

Cabe observar a diversidade existente na equipe de **Santa Maria/RS**. Há um engenheiro agrônomo (o secretário), dois funcionários formados em Administração, um em Economia e um em Direito. Em **São Paulo/SP** também se verifica semelhante heterogeneidade, havendo membros formados nas áreas de Relações Internacionais, Direito, Economia, Administração, Ciências Sociais e Jornalismo. Difere desses exemplos **Vitória/ES**, em que todos os funcionários são ou formados ou graduandos no curso de Relações Internacionais.

Em **Camaçari/BA**, o secretário entrevistado é graduado em Relações Internacionais e possui curso de Gestão Pública e de Gestão Estratégica de Desenvolvimento Econômico Local. Os estagiários do órgão são estudantes de graduação em Relações Internacionais, enquanto os outros funcionários são da área de Economia e Administração.

O então chefe do Departamento de Relações Internacionais de **São José do Rio Preto/SP** é advogado e possui pós-graduação em Relações Internacionais, além de ser mestrando na área. Já as estagiárias com quem a repartição conta são estudantes da graduação de Comércio Exterior, e o funcionário de carreira, formado em Direito.

No **Rio de Janeiro/RJ**, a coordenadoria é tradicionalmente chefiada por um diplomata, enquanto o setor de relações internacionais contava com um professor da área. Além disso, o cerimonial é liderado por uma pessoa que possui grande experiência no campo, tendo inclusive desenvolvido trabalho semelhante na Presidência da República.

TABELA 13: FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS COORDENADORES

Município	RI	Comex	DIR	ECO	ADM	COM	CS	EDU	Outros
Belém									
Belo Horizonte									
Camaçari									
Campinas									
Cascavel									
Curitiba									
Diadema									
Florianópolis									
Foz do Iguaçu									não informado
Guarulhos									Turismo
Itanhaém									
Jacareí									Turismo, Psicóloga
Jundiaí									
Maringá									não informado
Osasco									não informado
Porto Alegre									
Recife									não informado
Rio de Janeiro									
Salvador									
Santa Maria									Engenheiro
Santo André									
Santos									
São Bernado do Campo									não informado
São Carlos									não informado
São José do Rio Preto									
São Paulo									
São Vicente									
Suzano									
Vitória									

Fonte: elaboração própria.

4.4 Dificuldades enfrentadas pela Gestão

Adequação do orçamento e corpo técnico são os dois itens predominantes nas respostas sobre as principais dificuldades enfrentadas durante a gestão. A realidade de estrutura enxuta, fruto desse orçamento limitado, é minimamente compensada pela quantidade de profissionais com formação em relações internacionais. Mesmo assim, impressiona a recorrência de queixas relacionadas à falta de pessoal qualificado. Este tipo de reclamação parte tanto de Municípios menores como **Suzano/SP**, quanto de capitais, como **Curitiba/PR**.

As possíveis razões para tal quadro é a atualidade desse tipo de atuação. Há um trabalho contínuo de sensibilização dos políticos locais (prefeitos e vereadores), das outras secretárias, da própria mídia local e da sociedade como um todo (universitários, empresas, ONGs etc.). Só assim será possível convencer todos os “*stakeholders*” sobre a necessidade de ampliar essa área. Experiências como a de **Salvador/BA**, em que se organizou um seminário com a mídia local, contribuíram na qualificação desses atores para a compreensão dessa nova tendência.

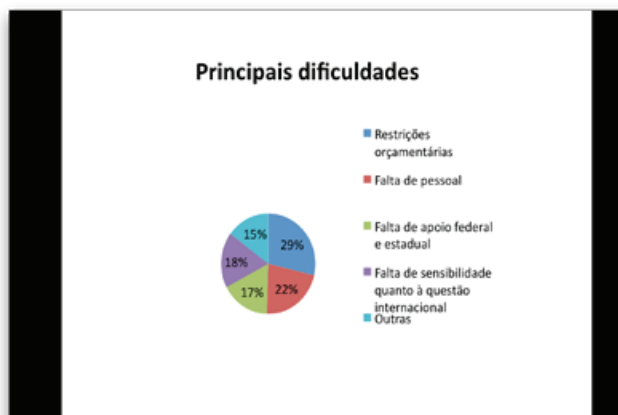
Na questão da qualificação dos recursos humanos, as universidades vêm, lentamente, introduzindo essa temática até pouco tempo ignorada. Espaços como o Fórum de Secretários de Relações Internacionais (Fonari), ou mesmo publicações como a presente, contribuirão ainda para o aprendizado conjunto. O intercâmbio desses profissionais em outras prefeituras, como anteriormente exposto, são meios para se buscar o avanço da atuação internacional dos Municípios.

Quando comparado a outras secretarias, no geral, ainda há uma baixa prioridade à área internacional. **Camaçari/BA** explica, nesse sentido, que os resultados obtidos pelas secretárias internacionais não são tão óbvios, visto que projetos internacionais consistem em meios para se alcançar objetivos variados, e não um fim em si mesmo. O próprio Município destacou, em seguida, a importância da atuação da CNM, no sentido de prover informações, dados e promover medidas de sensibilização quanto à importância de se ter uma área internacional.

Outras dificuldades com grau considerável de recorrência são apontadas na entrevista, a exemplo das relações com o governo federal e estadual. A precariedade de comunicação entre as instâncias governamentais e a falta de apoio em geral, embora não seja consensual, são frases frequentes na entrevista como observado no próximo capítulo. **Curitiba/PR** ilustra esse fato na medida em que destaca as desavenças político-partidárias entre o governo municipal e estadual. Os entrevistados fazem referência ainda a fragilidades comuns de órgãos públicos como limitação de espaço físico e descontinuidade pós-mudanças de governo.

Muitas das soluções encontradas para enfrentar essas debilidades já foram indiretamente apresentadas. **Maringá/PR** e **Jundiaí/SP** reforçam, nesse sentido, as parcerias com diversas entidades privadas como forma de mobilizar recursos. Já o Município de **São Carlos/SP** destaca a parceira com o governo federal, havendo necessidade de maior apoio financeiro. Para **São Paulo/SP**, é importante que os demais setores da prefeitura superem as dificuldades iniciais de estabelecimento de uma pauta de ações internacionais no nível municipal.

Enfim, pôde-se observar que as dificuldades enfrentadas pelos Municípios no que tange à área internacional acabam por convergir e se relacionam ao fato de que essa é uma área recente, cuja importância precisa ser compreendida tanto pelos próprios governos municipais quanto pela sociedade civil. Isso porque as relações internacionais no âmbito municipal consistem em um meio importante para a otimização dos resultados em diversos temas locais.



5. PARCERIAS ESTRATÉGICAS

5.1 Participação do governo federal

A CNM perguntou aos responsáveis pela área de relações internacionais qual é o apoio recebido do governo federal, a fim de analisar o conhecimento deste último sobre os projetos desenvolvidos pelos Municípios. As respostas variam entre os extremos; de total apoio à completa falta de comunicação. Se, a princípio, imaginava-se que partido político era um forte indicador, não foi possível verificar essa correlação na pesquisa.

O que os partidos políticos muitas vezes indicam é o canal de entrada junto ao governo federal. Enquanto os partidos políticos da base aliada têm uma relação mais próxima com a Presidência da República, os outros geralmente possuem sua interlocução junto ao Ministério de Relações Exteriores ou mesmo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic). Outra possível implicação partidária é o convite à participação de Fóruns coordenados pela Presidência da República como o FCCR, composto na época por três Municípios do partido PT: **Santo André/SP**, **São Carlos/SP**, **Belo Horizonte/MG**, **Bagé/RS**. Todavia, esse argumento se relativiza um pouco quando analisamos a composição do Comitê Gestor Brasileiro da Cooperação Franco-Brasileira: metade é do PT, mas há partidos da oposição como **São Paulo/SP** do DEM.

Ainda sobre a relação com o governo federal, a prefeitura de **Belo Horizonte/MG** entende que o surgimento das áreas internacionais nos Municípios faz parte da descentralização da própria estrutura da diplomacia brasileira, também ilustrada pela existência de uma secretaria ou assessoria internacional em diversos ministérios. Surge daí o conceito de “diplomacia pública”, o qual se refere ao fomento da boa governança. Tem-se, portanto, uma relação com o governo federal que se dá em

diversas dimensões, desde financiamentos e repasses até parcerias e apoio a eventos e participação em iniciativas conjuntas. Nessa ótica, o Município busca adequar sua atuação internacional às ações do Itamaraty, dando ênfase a esforços de maior integração na América do Sul e alinhamento com países emergentes. “A partir da nossa atuação, a gente vai sempre reforçar as ações do governo federal no âmbito da diplomacia [...] isso porque não há forma de atuar sem ser construído da melhor maneira possível com o governo federal” – reforça o secretário.

Para a prefeitura de **Camaçari/BA**, a participação do governo federal também é tida como essencial para atuação internacional do Município. O secretário afirma que essa participação se dá principalmente por meio da SAF que, inclusive, facilita a relação com o Itamaraty, cujo apoio não se dá de forma tão explícita. O Ministério das Relações Institucionais na Presidência da República é considerado, portanto, o “grande parceiro”. A orientação desse órgão estimula a participação em redes de cidades e o fornecimento de informações referentes a agendas de interesse municipal. Verifica-se ainda um apoio na execução de projetos que, no caso de **Camaçari/BA**, está direcionado para “demanda reprimida” no que tange ao planejamento urbano e engajamento na questão das cidades educadoras. A simetria dessa relação é outro aspecto destacado como de grande relevância, já que não há nenhum tipo de imposição pela SAF que, ao contrário, se ocupa em “abrir caminhos” para a atuação do Município.

A **prefeitura de Diadema/SP** argumenta na mesma direção de **Camaçari/BA**, indicando o apoio do governo federal, sobretudo por parte da Secretaria de Assuntos Federativos. O apoio da SAF se dá tanto em termos de orientação política quanto em termos de discussão e debate. A participação do Município de **Diadema - SP** no Comitê binacional da cooperação descentralizada franco-brasileira potencializa ainda mais as iniciativas que a secretaria do Município promove. No que se refere ao Itamaraty, apesar da busca de apoio para projetos internacionais, se utilizando de diferentes canais (tanto político quanto técnico), nenhuma forma de parceria foi concretizada.

Para a prefeitura de **Guarulhos/SP**, também do PT, a relação com o governo federal é muito boa, sendo mais forte com a SAF e com o Ministério das Cidades. Por meio desses dois órgãos o Município “é colocado” em vários eventos, processos e redes internacionais. Do contrário, não há relação direta com a ABC e com o Itamaraty, apesar da manutenção de um contato bom com ambos. O interessante a ser percebido aqui é como a presença de profissionais com passagem nas áreas internacionais dos Municípios impulsionam esse fenômeno dentro do governo federal. Luiz Carlos Fabbri, por exemplo, foi secretário de relações internacionais de **Guarulhos/SP** e, na época da pesquisa, assumia a assessoria internacional do Ministério das Cidades – daí a referência desse órgão na entrevista. O responsável na SAF, Alberto Kleiman, também teve a experiência nesse tema no Município de **São Paulo/SP**.

A visão expressa pela prefeitura de **Santo André/SP** deixa mais clara essa vinculação ou mesmo organização partidária. Segundo o responsável, as “prefeituras petistas” têm certa vantagem na atuação internacional, já que há uma forte orientação do partido para a articulação em âmbito local ocorrer por meio de redes de cooperações nacionais e internacionais, visando à viabilização de projetos. Destacam-se, assim, ações empreendidas pelo presidente Lula para auxiliar os Municípios em suas atividades internacionais, como o Foro Consultivo do Mercosul. Logo o auxílio do governo federal é considerado como algo constante tanto no Município de **Santo André/SP** como nos Municípios de **São Carlos/SP** e **Santa Maria/RS** cujo discurso é idêntico ao primeiro. **Santa Maria/RS**, no caso, apenas salienta o programa de cooperação com a Itália, coordenado pela Presidência da República, do qual faz parte.

No Município de **Recife/PE** há o reconhecimento de que o governo federal apoia e tem ciência das ações internacionais do Município, mas a diferença está na visão sobre o Ministério de Relações Exteriores. O apoio se dá, assim, não somente em âmbito da Subchefia de Assuntos Federativos, mas provém também da Afepa. **Recife/PE** teve, por exemplo, missões na China, Japão, Angola, Moçam-

bique e Caribe, para as quais obteve a contribuição do Itamaraty. Partindo da concepção de que “relações internacionais são uma atribuição do Governo Central”, o secretário desse Município reconhece a importância não só da comunicação com o Itamaraty, mas também de seu apoio – que é considerado por esse Município como sendo bastante efetivo.

Na mesma linha de resguardo ao papel desempenhado pelo Itamaraty, o Município do **Rio de Janeiro/RJ** apresenta um aspecto interessante já que sua Coordenadoria internacional é chefiada por um Embaixador. Nesse sentido, no que tange à relação do Município com o governo federal, destaca-se um contato estreito com o Itamaraty, de modo que nada é feito na área internacional sem que o Itamaraty tenha conhecimento. A Afepa é o principal canal de comunicação utilizado pelo Município, como também apontado pelo Município de **São Paulo/SP**. Por seu intermédio, são feitos os contatos com a rede de Embaixadas e Consulados no exterior – afirma esta última cidade.

O Município de Curitiba/PR reforça ainda a ciência por parte do governo federal dos projetos realizados na cidade. Antes de ser firmado, todo comprometimento externo é enviado à Afepa e esta, por sua vez, emite pareceres e sugestões. Por meio da Erepair, que consiste em um escritório de representação do Ministério no Estado de Paraná, tem-se, por exemplo, acesso a informações e memorandos de intenções. Esses dois órgãos facilitam ainda as relações com diversas embaixadas e consulados. Por fim, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é apresentada como outro forte parceiro do MRE, que promove projetos de cooperação da cidade. Entretanto, no que tange à relação mais direta com órgãos da Presidência da República, não há nenhuma parceria – o que salienta a falta de articulação dessa na parte de fomentação de projetos e financiamentos – afirma o secretário.

O Município de Salvador/BA, por sua vez, identifica uma mudança de postura do Itamaraty no sentido de oferecer maior reconhecimento da participação de agentes subnacionais em assuntos internacionais. Todavia, não há grandes programas de incentivos ou capacitação com o objetivo de fortalecer a atuação interna-

cional desses agentes. Na concepção de **Salvador/BA**, o Itamaraty tem uma missão, um mandato de articulação internacional do governo federal e age com competência dentro de seu escopo de ação. Dessa forma, cabe aos Municípios uma articulação própria. Isso porque a agenda de entes subnacionais não necessariamente coincide com a agenda internacional do governo federal e, portanto, a cidade de **Salvador/BA** aponta para a busca de uma relação de complementaridade.

A Secretaria de Cooperação Internacional do Município de **Campinas/SP** afirma não ter a pretensão de realizar política externa. Dessa forma, o Município tende a seguir as orientações como a ênfase às relações com a União Europeia e o Mercosul. **Campinas/SP** procura, assim, apoiar iniciativas referentes a comércio com essas regiões dado o seu viés econômico. A relação é tida, então, como muito boa, tanto com o MRE (Afepa), quanto com o Mdic. No caso deste último, destaca-se a solicitação aceita para a realização do Encomex na cidade. A área reconhece, por fim, a dificuldade natural de o governo federal atingir todos os Municípios e, por isso, procura agir de maneira autônoma, quando possível.

Semelhantemente, o Município de **Jundiaí/SP** destaca a parceria bem-sucedida com o Mdic na realização do Encomex e reforça a perspectiva de atuar de forma independente. Porém, não possui um relacionamento direto com o MRE – como afirmado por algumas das cidades anteriores. Por outro lado, **São José do Rio Preto/SP**, quando iniciou sua atividade na área de negócios internacionais, buscou apoio tanto do MRE quanto do Mdic com o objetivo de fortalecer a parceria para ampliar e oferecer mais serviços para os empresários locais. A receptividade foi considerada boa, mas não há reconhecimento de grandes avanços em termos de apoio: “a princípio eles nos apoiaram, mas de uma forma bastante tímida”.

O Município de Maringá/PR se enquadra entre os que afirmam que há pouca relação entre o Município e o governo federal. Normalmente, tal relação se dá por meio do escritório de representação regional, por exemplo, nos casos de convites para algumas visitas estrangeiras. Salienta-se que não há nenhum apoio claro ou direcionado, mas sim uma “falta de objetividade no trabalho do governo federal,

pelo menos no Paraná”. O Município critica, assim, a representação no sentido de lidar mais com diplomacia, enquanto faltam muitas vezes pessoas habilitadas para lidar com comércio, por exemplo.

O Município de Foz do Iguaçu/PR serve para comprovar como as posições são divergentes entre as cidades. Para esse Município, a relação com o governo federal é caracterizada como “muito próxima”, sobretudo com a Erepar. Essa comunicação se dá, principalmente, pelo envio de ofícios, fax, *e-mails*, por meio dos quais demandas para o recebimento de comitivas vindas do exterior, por exemplo, são passadas ao Município. Quanto ao Município de **Santos/SP**, não havia até aquele momento interação com o governo federal, a não ser na ocasião do encontro de negociações internacionais em 2006, que foi articulado pela Afepa. Mesmo assim, reconhece a tendência de uma intensificação do acompanhamento e ciência por parte do governo federal.

Os Municípios de Suzano/SP e Osasco/SP, apesar de apresentarem governos do PT, chamam atenção por serem exemplos de relação insatisfatória (o primeiro) e inexistente (os dois últimos). **Suzano/SP** aponta que houve no início uma relação com a Secretaria de Relações Institucionais, especialmente no auxílio nas relações com cidades de Portugal, mas que isso acabou por não prosperar. Nesse sentido, identifica uma deficiência de apoio por parte do governo federal nas relações internacionais dos Municípios. **Jacareí/SP**, por sua vez, declara um desconhecimento de qualquer tipo de parcerias entre o governo federal e a Coordenação Internacional. No entanto, reconhece que maior demanda e iniciativa deve partir do Município, visando a aumentar a participação do governo federal. **Osasco/SP** também nega a existência de qualquer parceria com o governo federal e diante da indagação acerca de algum contato com Afepa, o representante da área internacional alega que “não há necessidade”.

TABELA 14: GRAU DE SATISFAÇÃO COM O APOIO RECEBIDO DO GOVERNO FEDERAL

Município/Partido	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
Belém – PTB			X
Belo Horizonte – PT	X		
Camaçari – PT	X		
Campinas – PDT	X		
Cascavel – PSC			X
Curitiba – PSDB		X	
Diadema – PT	X		
Florianópolis – PMDB			X
Foz do Iguaçu – PDT	X		
Guarulhos – PT	X		
Itanhaém – PSDB			X
Itu – PV	X		
Jacareí – PT			X
Jundiaí – PSDB	X		
Maringá – PP		X	
Osasco – PT			X
Porto Alegre – PPS	X		
Recife – PT	X		
Rio de Janeiro – DEM	X		
Salvador – PMDB	X		
Santa Maria – PT	X		
Santo André – PT	X		
Santos – PMDB		X	
São Bernardo do Campo – PSB	X		
São Carlos – PT	X		
São José do Rio Preto – PPS		X	
São Paulo – DEM	X		
São Vicente – PSB			X
Suzano – PT		X	
Vitória – PT	X		

Fonte: elaboração própria.

Além dos dois últimos Municípios petistas, o quadro acima indica outros quatro Municípios de diferentes partidos em que não se verifica a relação com o governo federal: **Belém/PA**, **Cascavel/PR**, **Florianópolis/SC**, **Itanhaém/SP**, **São Vicente/SP**.

Segundo o Município de **Belém/PA** a falta de parcerias com o governo federal se justifica devido ao fato de a área internacional ainda ser incipiente no Município. Alega-se que esse quadro se constitui independentemente da questão político-partidária, mas por questões de oportunidade, relacionadas, por exemplo, ao fato de 2008 ser um ano eleitoral. Da mesma forma, o Município de **Florianópolis/SC** não tem praticamente nenhum contato com o governo federal – a não ser em questões protocolares, como no caso de visitas de delegações internacionais ao Município.

Já o Município de **Cascavel/PR** buscou apoio do Itamaraty e do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas não o obteve. Atribui isso ao fato de haver uma “centralização em eixos de metrópoles”. O Município de **São Vicente/SP** também lamenta o pouco contato com o governo federal. Tentou-se estabelecer contato com o MRE e a ABC, mas nenhuma parceria foi estabelecida. A área questiona, assim, se o fato de consistir em um Município pequeno, sem “atuação conhecida” não prejudicaria essa relação. A principal queixa tem a ver com a falta de informações, já que não se sabe, por exemplo, de que forma o Município poderia obter algum tipo de financiamento ou projeto específico.

A realidade sintetizada no quadro demonstra, portanto, que muitas vezes os Municípios apresentam posições similares, mas predomina grande variedade de opiniões. Para alguns a fragilidade dessa relação surge da parte do governo federal. Para outros, há necessidade de os Municípios interessados serem mais pró-ativos na busca desse relacionamento, dado a dificuldade de o governo federal corresponder com os 5.562 Municípios por meio de seu quadro enxuto de recursos humanos. Além disso, foi possível constatar que o tamanho dos Municípios e o partido político é uma variável interdependente da análise, mas com uma correlação ainda fraca.

O papel da CNM, como descrito abaixo, é fazer com que esse relacionamento se amplie cada vez mais e que as informações possam chegar a todos os Municípios por meio das ferramentas tecnológicas de comunicação da entidade.

5.2 O papel da CNM

No geral, a avaliação da CNM por parte dos Municípios é positiva. Inclusive vários dos Municípios reconhecem a importância desta iniciativa de levantamento das condições das áreas internacionais de todos os Municípios brasileiros e, além disso, apontam qual seria o papel a ser desempenhado pela CNM, nesse âmbito de inserção internacional.

Dessa forma, destacam-se algumas possíveis atribuições da área internacional da CNM, sendo uma das mais mencionadas, a função informativa, caracterizada pela disponibilização de dados e informações. Nesse sentido, algumas sugestões específicas são dadas, tais como a criação de um portal, o qual os Municípios poderiam acessar a fim de encontrarem dados e informações referentes a relações internacionais. Aspecto interessante acerca desse papel informativo, levantado pelo Município de **Santo André/SP**, refere-se à facilitação da continuidade do trabalho no caso de uma transição de governo.

Quanto àquele Município, salienta-se a importância de se ter um banco de dados com informações de histórico da área internacional, bem como de projetos desenvolvidos e resultados alcançados, já que isso facilita, por exemplo, a continuidade do trabalho no caso de uma transição de governo. Além disso, essas informações podem servir de casos de estudo e de exemplo para atividades futuras.

Nesse contexto informativo, destaca-se também o papel de sensibilização dos integrantes dos governos municipais acerca da importância de se ter uma área internacional. Diversos Municípios, tais como **Camaçari/BA**, **Jacareí/SP** e **Diadema/SP**, enfatizam essa ideia de que a CNM deveria se ocupar, dentre outras coisas, em estimular os Municípios a se engajarem em sua inserção internacional.

No caso de **Camaçari/BA**, sugere-se que a CNM deveria “estretar a conversa com o âmbito partidário”, sugere-se ainda a promoção de um encontro de relações internacionais de partidos políticos, visando a incluir questões internacionais nas agendas dos próprios partidos. Dessa forma, eles se encarregariam de prover informações aos prefeitos eleitos acerca da importância das relações internacionais dentro das administrações subnacionais. Nesse contexto, a CNM teria vantagem relativa à Frente Nacional de Prefeitos, por exemplo, já que possui todos os Municípios associados a ela e, dessa forma, por meio de uma atividade mais descentralizada de Brasília, teria condições de desenvolver, mais facilmente, atividades em prol dos Municípios.

No que se refere à visão expressa no Município de **Jacareí/SP**, a área internacional da CNM tem a função de sensibilização de secretarias, de prefeituras ou de órgãos governamentais, a respeito da importância de se ter uma coordenação, diretoria ou secretaria que se encarregue de projetos no âmbito internacional. Dessa forma, a CNM, sendo uma associação de nível federal, ilustra a importância e, de certa forma, estimula os Municípios a trabalharem com projetos internacionais.

Quanto ao Município de **Diadema/SP**, acredita-se que a CNM tem um papel político importante, de sensibilização dos prefeitos mesmo antes de assumirem seus cargos, sobre o papel das relações internacionais no âmbito das prefeituras. Propõe-se uma atuação direta da CNM, por meio, por exemplo, da organização de um grande evento para o qual os prefeitos seriam convidados. Enfim, estímulos devem ser dados aos prefeitos para a atuação internacional.

Sugere-se o envio de informações aos Municípios sobre possíveis atuações, redes e fóruns internacionais. Nesse sentido, sugere-se ainda a confecção de um boletim acerca do que tem acontecido no ambiente internacional e de que forma os Municípios poderiam se atuar internacionalmente. Por fim, são mencionadas dificuldades encaradas pelo Município no que tange a questões legais, devido muitas vezes pelo desconhecimento sobre o assunto e, dessa forma, a CNM poderia atuar no auxílio da definição de um marco legal para a cooperação descentralizada.

O Município de **Belém/PA** reconhece a importância deste trabalho da área internacional da CNM de coleta e organização de informações. Destaca-se a dificuldade, especialmente, de Municípios localizados na região Norte, como é o caso de **Belém/PA**, de manterem contato com o restante do País e de participarem de eventos, por exemplo. Dessa forma, esse tipo de trabalho desenvolvido pela CNM acaba por ser uma ferramenta importante, norteadora para os projetos a serem desenvolvidos pelo Município.

Nesse sentido, o Município de **Campinas/SP** reconhece o potencial da CNM para a assessoria dos Municípios, no entanto, é apontada a falta de uma atuação firme e ativa no sentido de divulgação do que é feito por sua área internacional. A CNM teria como função divulgar informações e modelos de atuação, a fim de que todos os Municípios fossem estimulados a criarem um setor específico para lidar com projetos internacionais. Menciona-se o governo federal como um importante parceiro para a CNM, nessa função de incentivar as cidades a terem setores voltados para as relações internacionais.

A intermediação entre governo federal e os Municípios aparece como outro papel que poderia ser atribuído à CNM. O Município de **Salvador/BA**, por exemplo, destaca o potencial da CNM para, de alguma forma, intermediar o diálogo entre os Municípios brasileiros e o governo federal. A interlocução com a CNM seria ferramenta importante de pressão legítima sobre o Itamaraty e toda a estrutura de poder do governo voltada para área internacional, composta, por exemplo, pela Agência Brasileira de Cooperação e pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Aspecto interessante a ser levantado refere-se ao fato de que Municípios que apontam esse papel de intermediador do diálogo com o governo federal não necessariamente se mostram insatisfeitos com o apoio recebido pelo Governo, como é o caso do próprio Município de **Salvador/BA**.

Já no caso do Município de **São José do Rio Preto/SP**, aponta-se para a falta de um canal direto entre Município e governo federal, a CNM poderia colaborar principalmente nesta *interface* junto ao Governo. Aponta-se para uma atuação

bastante tímida do governo federal no que se refere à questão de fomento das relações internacionais em nível municipal. Nesse contexto, sugere-se o engajamento da CNM no reforço da ideia de se ter algum departamento de contato direto com os Municípios, dentro do MRE ou do Mdic.

Não se atendo apenas à intermediação entre o Município e o governo federal, o Município de **Jundiaí/SP** destaca o fato de a CNM estar localizada em Brasília, o que facilitaria, por exemplo, o contato com embaixadas. É de interesse de **Jundiaí/SP** o apoio no sentido de disponibilização de dados econômicos do Município para delegações estrangeiras e de sua promoção como uma ótima opção para investimentos. Além disso, espera-se poder contar com o apoio da CNM na busca de soluções para as dificuldades encontradas pelo Município, relacionadas à necessidade de intermediação do Itamaraty para que compromissos internacionais sejam assumidos, que acaba por retardar a execução de projetos que aguardam aprovação do MRE.

No que se refere à ideia de que a CNM deveria desempenhar um papel mais ativo, destaca-se a sugestão de ações no âmbito da promoção de eventos e treinamentos. A organização de um grande evento para o qual todos os prefeitos seriam convidados teria por finalidade prover um espaço para troca de experiências e ideias.

Quanto ao Município de **Itanhaém/SP**, por exemplo, sugere-se a realização de um fórum internacional de prefeitos, a fim de prover um espaço para negociações, discussões e trocas de experiências, sendo a CNM a entidade responsável pela organização do evento.

Em termos da atuação da CNM, o Município de **Florianópolis/SC** exalta o fato de que, no que se refere à área internacional, observa-se a necessidade por coordenar ou apoiar algum tipo de evento, a fim de integrar as áreas internacionais dos diversos Municípios. Nesse sentido, essa iniciativa de catalogação de informações acerca da atuação internacional de todos os Municípios seria o exemplo do que a CNM deve seguir fazendo. Enfim, em termos de sugestão, apenas espera-se que esse tipo de trabalho continue sendo feito.

Além de um evento, tendo em vista a atuação crescente dos Municípios no âmbito internacional, o Município de **Santos/SP** considera como sendo atribuição importante da CNM a coordenação de treinamentos de profissionais da área de relações internacionais, por meio de seminários e cursos.

Algumas outras atribuições são sugeridas no sentido de que a CNM deveria desempenhar um papel de liderança. Nesse sentido, o Município de **Porto Alegre/RS** apresenta a ideia de que a Confederação deveria assumir a coordenação das ações das áreas internacionais dos Municípios, tendo em vista que, até o momento, não há nenhuma órgão ligado ao governo federal engajado nessa tarefa.

Já o Município de **Cascavel/PR** aponta para um papel mais amplo a ser desempenhado pela CNM. Primeiramente, reconhece-se a importância da CNM como um espaço ao qual todos os Municípios têm acesso e, dessa forma, destaca-se a possibilidade de atuação no reconhecimento de potenciais, por exemplo, na área de artesanato de pequenos Municípios do Nordeste. Aponta-se para ideias erradas acerca, por exemplo, da atração de indústrias, as quais exigem uma mudança de mentalidade dos prefeitos, por meio de seminários e encontros cuja organização poderia ser coordenada pela CNM. Por fim, assim como a Associação Nacional de Promotores de Tecnologia, a Confederação poderia participar do desenvolvimento de projetos e auxiliar na obtenção de recursos.

Por fim, o monitoramento da atuação internacional dos Municípios é também sugerido. Nesse sentido, o Município de **Vitória/ES** sugere que a CNM adote uma postura mais estratégica, a fim de aproximar essas cidades que possuem uma área de relações internacionais. Dentro deste trabalho que já está sendo feito pela Confederação, seria importante, além da divulgação, a criação de um grupo permanente de estudos, de monitoramento das ações dos Municípios no âmbito internacional. Dessa forma, a CNM teria um papel preponderante de interlocução, por meio da divulgação de diagnósticos acerca do contexto internacional e da aproximação dessas cidades brasileiras, estimulando a criação do mencionado grupo de estudos de caráter permanente.

Enfim, são muitas as sugestões acerca do papel a ser desempenhado pela área internacional da CNM, que vão desde uma função informativa à liderança e monitoramento dos projetos internacionais dos Municípios brasileiros. A área é ainda recente assim como grande parte das iniciativas internacionais dos Municípios. No entanto, em razão da necessidade de adaptação à realidade da globalização, marcada pela aceleração dos fluxos internacionais de pessoas, mercadorias e ideias, faz-se necessária a superação de dificuldades, bem como a disposição de se trabalhar em conjunto, a fim de promover e desenvolver a atuação municipal, no âmbito internacional.

TABELA 15: ATRIBUIÇÕES SUGERIDAS À CNM INTERNACIONAL

Atribuições sugeridas por cada Município					
Municípios	1	2	3	4	5
Porto Alegre	-	X	X	-	-
Suzano	-	-	X	-	-
Belém	X	-	-	-	-
Itanhaém	-	-	-	X	X
Florianópolis	X	-	-	-	X
Santo André	X	-	-	-	-
São Vicente	X	-	-	-	X
Curitiba	X	X	-	-	-
Guarulhos	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	X	-	X	-
São José do Rio Preto	-	-	-	X	-

Atribuições sugeridas por cada Município					
Municípios	1	2	3	4	5
Santa Maria	X	X	X	-	-
Maringá	-	X	-	-	-
Salvador	-	-	X	X	X
Cascavel	-	-	X	-	-
Jundiá	-	-	X	X	-
Recife	-	-	X	-	-
Vitória	X	-	X	-	-
Santos	-	-	-	-	X
Campinas	X	-	-	-	-
Belo Horizonte	X				
Osasco	-	-	-	-	-
Jacareí	-	X	-	-	-
Foz do Iguaçu	-	-	-	-	-
Camaçari	-	X	-	-	X
São Carlos	X	-	-	-	-
São Paulo	X				
Diadema	X	X	-	-	X

1.	Papel informativo: disponibilização de dados e informações.
2.	Estímulo: sensibilização de prefeitos acerca da importância de se ter uma área internacional.
3.	Coordenação e/ou Assessoria.
4.	Intermediação das relações com o governo federal.
5.	Organização de treinamentos e/ou eventos.

Fonte: elaboração própria.

6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como foco principal apresentar, de maneira descritiva e exploratória, a dinâmica da área internacional dos Municípios brasileiros.

Tendo em mente o eminente destaque do Brasil nas relações internacionais, o estudo das ações municipais no campo mundial é de incontestável urgência e relevância. Dessa forma, os dados apresentados buscaram a compreensão das características, da agenda e da atuação internacional dos Municípios brasileiros.

É possível observar Municípios com estruturado desempenho internacional; contudo, é importante ressaltar que a área ainda é incipiente na maior parte dos governos locais brasileiros. Com isso em mente, alguns secretários internacionais apontam uma estruturação municipal para demandas internacionais ainda embrionária. É o caso, ainda, de a área internacional dos Municípios brasileiros está vinculada a diferentes setores da administração municipal, muitas vezes ligados diretamente ao gabinete do prefeito.

Assim, ao considerar a estrutura administrativa dos Municípios frente às demandas internacionais, fica clara a necessidade em buscar profissionais qualificados, políticas descentralizadas e autonomia na ação municipal para uma atuação dinâmica e satisfatória dos Municípios brasileiros no cenário internacional.

Foi pensando no desafio de tornar disponível a sistematização da informação sobre a atuação dos Municípios brasileiros na área internacional, que a Confederação Nacional de Municípios buscou organizar essa publicação. A finalidade desta foi informar o gestor de diferentes áreas sobre a articulação, a representação e a capacitação dos Municípios brasileiros em matérias internacionais.

A partir do presente documento, busca-se fortalecer os fóruns municipais relacionados aos assuntos internacionais para avançar dentro das demandas específicas municipais para assunto internacionais.

Como ressaltado no documento, a fim de tornar o ideal da inserção municipal em redes internacionais, os encaminhamentos discutidos ao longo da publicação foram no sentido de fortalecer a CNM como agente informativo, disseminadora do histórico de cooperação internacional descentralizada e ainda como sensibilizadora aos administradores públicos da importância da área internacional.

ANEXO: Cidades-irmãs dos 30 Municípios

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
Alemanha (2)	Hamburgo	São Paulo
	Baviera	São Bernardo do Campo
África do Sul (1)	Durban	Campinas
Angola (2)	Luanda	São Paulo, Belo Horizonte, Recife
	Viana	Osasco
Argentina (8)	Buenos Aires	São Paulo, Rio de Janeiro
	Córdoba	Campinas
	Corrientes	São Vicente
	Resistencia	São Vicente
	Ushuaia	Santos
	General San Martín	Maringá
	La Plata	Porto Alegre
	Rosário	Porto Alegre
Armênia (2)	Yerevan	São Paulo
	Gyumri	Osasco
Benin (1)	Cotonou	Salvador
Bielorrússia (1)	Minsk	Belo Horizonte

Fonte: elaboração própria.

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
Bolívia (2)	La Paz	São Paulo
	Santa Cruz de la Sierra	Curitiba
Canadá (2)	Toronto	São Paulo
	Saint-Hyacinthe	Cascavel
Chile (3)	Santiago	São Paulo
	Concepción	Campinas
	Iquique	Vitória
China (15)	Macau	São Paulo
	Pequim	São Paulo
	Ningbo	São Paulo, Santos
	Fuzhou	Campinas
	Hangzhou	Curitiba
	Xuzhou	Osasco
	Chengde	Santo André
	Taizhou	Santos
	Nanjing	Belo Horizonte
	Qingdao	Vitória
	Zuhai	Vitória
	Heping	Maringá
	Suzhou	Porto Alegre
	Guangzhou	Recife
	Harbin	Salvador

Fonte: elaboração própria.

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
Coreia do Sul (3)	Seoul	São Paulo, Rio de Janeiro
	Suwon	Curitiba
	Ulsan	Santos
Costa do Marfim (1)	Daloa	Campinas
Costa Rica (1)	São José	Rio de Janeiro
Cuba (5)	Havana	São Paulo, São Vicente, Santos, Belo Horizonte, Salvador
	Holguín	São Vicente
	Santiago de Cuba	Diadema, Recife
	Boyeros	Guarulhos
	Santa Clara	São Carlos
Equador (2)	Quito	Guarulhos
	Cuenca	Belo Horizonte
Espanha (5)	San Tiago de Compostela	São Paulo
	Córdoba	São Paulo
	Granada	Belo Horizonte
	Pontevedra	Salvador
	Barcelona	Rio de Janeiro

Fonte: elaboração própria.

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
Estados Unidos (12)	Chicago	São Paulo
	Miami Dade	São Paulo
	San Diego	Campinas
	Orlando	Curitiba
	Lauderhill	Suzano
	Battle Creek	Santo André
	Fort Lauderdale	Belo Horizonte
	Austin	Belo Horizonte, Porto Alegre
	Newark	Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro
	Dade County, Mobile	Vitória
	Los Angeles	Salvador
	Atlanta	Rio de Janeiro
França (8)	Montreuil	Diadema
	Nanterre,	Guarulhos
	Orly	Guarulhos
	Saint-Denis	Guarulhos
	Montigny-le-Bretonneux	São Bernardo do Campo
	Dunkerque	Vitória
	Nantes	Recife, Rio de Janeiro
	Saint-Tropez	Rio de Janeiro
Holanda (1)	Amsterdã	Recife
Honduras (1)	Tegucigalpa	Belo Horizonte
Índia (1)	Auroville	Campinas
Inglaterra (1)	Liverpool	Rio de Janeiro
Israel (2)	Tel Aviv	São Paulo
	Jerusalém	Rio de Janeiro

Fonte: elaboração própria.

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
Itália (11)	Milão	São Paulo, Santo André
	Malito	Campinas
	Treviso	Curitiba
	Osasco	Osasco
	Sesto San Giovanni	Santo André
	Trieste	Santos
	Marostica	São Bernardo do Campo
	Mignano Monte Lungo	São Bernardo do Campo
	Citta Di Caseta	Maringá
	Morano Calabro	Porto Alegre
	Sciaca Terme	Salvador

Fonte: elaboração própria.

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
Japão (14)	Osaka	São Paulo
	Naha	São Paulo, São Vicente
	Gifu	Campinas
	Himeji	Curitiba
	Província de Okinawa	Diadema, Suzano
	Komatsu	Suzano
	Tsu	Osasco
	Takasaki	Santo André
	Nagasaki	Santos
	Shimonoseki	Santos
	Shunan	São Bernardo do Campo
	Kakogawa	Maringá
	Kanazawa	Porto Alegre
	Kobe	Rio de Janeiro
Jordânia (1)	Amman	São Paulo
Líbano (1)	Zahle	Belo Horizonte
Líbia (1)	Tripoli	Belo Horizonte
México (1)	Guadalajara	Curitiba
Moçambique (1)	Maputo	Recife, Guarulhos
Nicarágua (1)	Masaya	Belo Horizonte
Palestina (2)	Jericó	Campinas
	Belém	Belo Horizonte
Panamá (1)	Colón	Santos
Paraguai (1)	Assunção	São Paulo, Campinas, Curitiba, São Vicente
Peru (1)	Lima	São Paulo
Polônia (1)	Cracóvia	Curitiba

Fonte: elaboração própria.

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
Portugal (22)	Góis	São Paulo
	Lisboa	São Paulo, Salvador
	Leiria	São Paulo, Maringá
	Funchal	São Paulo, Santos
	Coimbra	São Paulo, Curitiba, Santos, Rio de Janeiro
	Santarém	São Vicente
	Belmonte	São Vicente
	Braga	Santo André
	Ansião	Santos
	Arouca	Santos
	Porto	Belo Horizonte, Recife
	Caiscais	Vitória, Salvador
	Ribeira Grande	Porto Alegre
	Horta	Porto Alegre
	Portalegre	Porto Alegre
	Angra do Heroísmo	Salvador
	Guimarães	Rio de Janeiro
	Espinho	Rio de Janeiro
	Arganil Cabeceiras de Basto	Rio de Janeiro
	Santo Tirso	Rio de Janeiro
	Vila Nova de Gaia	Rio de Janeiro
	Olhão	Rio de Janeiro

Fonte: elaboração própria.

Países	Municípios Estrangeiros	Municípios Brasileiros
República Checa (2)	Pilsen	Santo André
	Hodonin	São Bernardo do Campo
Romênia (3)	Bucareste	São Paulo
	Cluj-Napoca	São Paulo
	Constanta	Santos
Rússia (1)	São Petersburgo	Porto Alegre, Rio de Janeiro
Senegal (1)	Rufisque	Rio de Janeiro
Sérvia (1)	Novi Sad	Campinas
Síria (2)	Damasco	São Paulo
	Homs	Belo Horizonte
Tunísia (1)	Túnis	Rio de Janeiro
Turquia (1)	Istambul	Rio de Janeiro
Ucrânia (1)	Kiev	Rio de Janeiro
Uruguai (2)	Montevidéu	São Paulo, Curitiba
	Punta del Este	Porto Alegre
Venezuela (1)	Caracas	Rio de Janeiro

Fonte: elaboração própria.



SCRS 505, Bloco C Lote 01 - 3º andar
Brasília/DF • CEP 70.350-530
Tel.: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008

www.cnm.org.br